

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

**A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO RESTRITO: Estado Novo e os (des)caminhos da
Política de Colonização para o Maranhão**

São Luís

2013

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

**A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO RESTRITO: Estado Novo e os (des)caminhos da
Política de Colonização para o Maranhão**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em
História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo Almeida.

São Luís

2013

Araújo, Ana Raquel Alves de.

A reestruturação do Estado restrito: Estado Novo e os (des)caminhos da Política de Colonização para o Maranhão / Ana Raquel Alves de Araújo.– São Luís, 2013.

72 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida.

1.Colonização. 2.Maranhão. 3.Estado Novo. 4.Estado restrito. 5.Questão Agrária. 6.Antonio Gramsci. I. Título

CDU: 94(81).082/.083(812.1)

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

**A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO RESTRITO: Estado Novo e os (des)caminhos da
Política de Colonização para o Maranhão**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em
História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Monica Piccolo Almeida (Orientadora)

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais dedicados e amorosos. Minha mãe, Fátima, que sempre fez o possível para a minha felicidade, me dando muito amor juntamente com uma formação moral sólida permeada de choques de realidade que me tornaram uma pessoa realista e feliz. Meu pai, Aristófanês, homem admirável, uma referência essencial na minha vida, pelo apoio, pela leveza e alegria de viver. E por ser um excelente contador de histórias que eu tenho o prazer de sempre ouvir e de imitar

Às minhas espirituosas irmãs, Ana Laura, Ana Ligia e Ana Régia. Sempre me enchendo de mimos e cuidados, a quem eu tenho o prazer de me reunir. Pela felicidade do cotidiano vivido junto, da infância bem curtida, das lembranças compartilhadas, sempre retomadas em conversas gostosas e acalentadoras.

Aos meus cunhados, Nivton, Davi e Tiago, pela generosidade e atenção para com a cunhada caçula.

Às minhas amigas Stéfanny e Daisy, pela amizade e companheirismo. À Stéfanny pelo cotidiano compartilhado, que me mostrou que o bom da vida é estar feliz sempre. E à Daisy, pela escuta atenciosa, mesmo à distância e pela companhia inteligente que é.

Às minhas amigas de Balsas que sempre me acolhem mesmo depois de anos. Ana Carla, amiga de infância. Perlla, Paula e Maryella, pelas divertidíssimas conversas.

Aos amigos Thiago Lopes e Higor, pelos momentos engraçados, pela permanência da amizade dos tempos de escola.

Ao Rolf, pessoa querida, principal incentivador da minha decisão de fazer o curso de História. Obrigada pelas experiências bonitas.

Aos meus primos postiços, Nair (madrinha), Lia, Daniel, e família, com quem eu tive um ano e meio de um cotidiano maravilhoso durante minha estadia no Piauí.

Às amigas de Teresina, Vívian, Mona, Diana, Suzy e Juliana, com quem eu compartilhei a empolgação da minha experiência inicial de universidade, de morar em outra cidade, e de conhecer melhor minha cidade natal. Obrigada pelas lembranças alegres.

À minha turma do curso de História 2007.2. Pela excepcionalidade do convívio permeado de atitudes solidárias e generosas. Em especial agradeço aos queridos amigos, Adriano (amigo admirável, sempre cortês, de conversas instigantes), Wendell (pela astúcia, pelas piadas criativas, mesmo quando eu sou uma delas!, e pela companhia agradabilíssima) e Carlúcio (pelo papo animado e nerd, e por ser tão prestativo). À Drica, pela postura em relação à vida que eu verdadeiramente admiro, e à Lilian, amiga nova e sempre animada!

Aos amigos Álvaro, Desni, Laiana, Carol, Ana Paula, Marcelo, Bianca, Solange, Glenda, Paulo Calvet, Dionísio, Talita, Priscila, Diego, Thiago e Leonardo, pela companhia sempre tão agradável.

Aos companheiros e companheiras das lutas do Centro Acadêmico e do DCE: Adriano (de novo!), Leonardo, Rafael, Elielson, Hugo, Dayse, Jonadabe, Emanuely e Johnny.

Às amigas novas, Sarah e Mariana, pelo convívio cheio de boa música (em especial mangubeat) e prosa agradável. Sarita, obrigada pela atenção nos momentos difíceis, pelo ensinamento de que a vida é mais bonita quando nos importarmos com quem estimamos e pelos almoços deliciosos na sua casa recheados de agradáveis conversas com sua família gente fina. À Mariana, pela profunda sensibilidade, pelo exemplo de coragem e pelas conversações geniais, em que compartilhamos as nossas leituras de mundo, cheias de planos anti-mediocridade.

Aos professores e professoras do curso de História. Pelo aprendizado e pelas discussões instigantes em sala.

À Milena, que muito me ensinou durante a bolsa de iniciação científica, nas correções da escrita, na metodologia de análise das fontes. Obrigada por aprendizado empírico. Além das estimulantes disciplinas que ministrou e que procuro ter como norte na minha prática de professora. Agradeço ainda pela disponibilidade da documentação utilizada nesta monografia.

À Monica, minha orientadora, pelo incentivo e pela ajuda na estruturação da monografia, na construção deste texto, nos esclarecimentos teóricos que tanto me atormentavam. Obrigada também pela acolhida e pelas oportunidades no grupo de estudo.

*Aos meus queridos pais, Fátima e
Aristófanês, incentivadores e
financiadores dos meus planos e sonhos.*

*Às minhas amorosas irmãs, Ana Laura,
Ana Ligia e Ana Régia, pela força.*

RESUMO

A reestruturação do Estado Restrito ocorrida durante o Estado Novo é parte do processo de formação do Estado Nacional, e por sua vez, da consolidação do capitalismo no Brasil. As alterações ocorridas na estrutura material estatal se constituíram na estruturação do poder do Estado Restrito em bases centralizadas e unificadas para atender a necessidade de modernização de todo país. A intensificação da industrialização passava a concentrar em si a atenção estatal, tornando o campo subordinado aos interesses industriais emergentes. O campo apresentava uma realidade de atraso, e passou a se estabelecer enquanto entrave para o progresso da nação. É datado desse período o surgimento da Questão Agrária e o início dos reveses para resolvê-la. A Política de Colonização, voltada para a ocupação dos espaços “vazios” do território brasileiro se propunha a tornar o meio rural eficiente o máximo possível aos anseios industriais, mas sem confrontar-se com os interesses agrários, consubstanciado no latifúndio. Este trabalho trata da implantação de uma modalidade da política de colonização no Maranhão, a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda, e busca conhecer as justificativas, as intenções e os resultados desse programa federal.

Palavras-chave: Colonização. Maranhão. Estado Novo. Estado Restrito. Questão Agrária. Antonio Gramsci.

ABSTRACT

The restructuring of State Restricted occurred during the “Estado Novo” is part of the process of formation of the National State, and in turn, the consolidation of capitalism in Brazil. The changes in bone materials state constituted the structuring of state power Restricted bases in centralized and unified to meet the need for modernization of the entire country. Increased industrialization going to focus attention state itself, making the field subordinate to the emerging industrial interests. The field had a really late, and went on to establish itself as a barrier to the progress of the nation. It is dated from this period the emergence of Agrarian Question and early setbacks to solve it. The Politics of Colonization, facing the occupation of "empty" spaces of Brazil proposed to make the rural efficient as possible to industrial aspirations, but without confronting the agrarian interests, embodied in landlordism. This paper deals with the implementation of a mode of settlement policy in Maranhao, the National Agricultural Colony Barra do Corda, and seeks to know the reasons, intentions and the results of this federal program.

Keywords: Colonization. Maranhão. New State. Restricted State. Agrarian Question. Antonio Gramsci.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Rodoviário do Maranhão (1940)	Pág 51
Figura 2 – Mapa Indicativo das Terras Doadas para a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda	Pág 60
Tabela 1 – Comércio Exterior 1821-1940.....	Pág 52

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CME	Coordenação de Mobilidade Econômica
CNEPA	Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônoma
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNPA	Departamento Nacional de Produção Animal
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DNPV	Departamento Nacional de Produção Vegetal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. ESTADO NOVO: os fundamentos da ossatura material do Estado Restrito.....	15
1.1 Introdução	15
1.2 Reformas Administrativas.....	20
1.3 Desenvolvimento Econômico e Planejamento Estatal	23
2. POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO: ocupação oficial dos espaços “vazios”	30
2.1 Introdução	30
2.2 Agricultura e Indústria: uma relação de complementaridade.....	34
2.3 Incorporação Econômica do Campo no Projeto de Desenvolvimento Nacional.....	36
2.4 Política de Colonização.....	41
2.4.1 Colônias Agrícolas	44
3. OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO PARA O MARANHÃO	49
3.1 Introdução	49
3.2 Espaço “Vazio” e Conflitos com Indígenas: As Justificativas para a Implantação da Colônia Agrícola Nacional no município de Barra do Corda.....	53
3.3 A Estrutura Proposta para a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda	58
3.4 Implantação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Quando analisamos o Estado Nacional no Brasil devemos sempre nos reportar ao período iniciado com a Revolução de 1930, que impulsionou a ampliação e reforma do Estado Restrito¹ para o atendimento das exigências da economia capitalista em formação. Esta situação que foi radicalizada com o Estado Novo passou a contemplar a sociedade civil com um novo padrão de gestão capitaneada pelo Executivo Federal.

Este trabalho se propõe a analisar a reestruturação do Estado Restrito durante o Estado Novo a partir de regiões pouco interessantes para o momento da consolidação do capitalismo, mas que estavam sendo acopladas para contribuírem de forma conjunta para o desenvolvimento nacional. No caso, o campo brasileiro de modo geral.

Nesse contexto o Maranhão se constituía fundamentalmente em um estado agrícola, ou de fronteira agrícola, permeado de áreas com nações indígenas, e ainda com pouquíssimos núcleos urbanos expressivos. Com essas características, como este estado se inseriu no plano nacional de modernização? Ou deveríamos modificar o verbo para uma voz passiva: como o Maranhão foi inserido no plano nacional de modernização do país?

Para responder a essas perguntas propomos uma análise mais abrangente dos fatores que interferiram na ação política estatal para o campo, e conseqüentemente para o Maranhão. Partimos do estudo do Estado Restrito que adquiria novas atribuições se estabelecendo enquanto promotor e “facilitador” de uma nova economia direcionada cada vez mais para a acumulação interna e para o setor industrial.

Na outra via estava o campo e o poder econômico ainda originário do setor primário, que não poderia ser desprezado. Políticas agrárias foram formuladas e implantadas para levar ao campo organização e técnicas eficientes.

Diversos autores abordaram as políticas agrárias estadonovistas a partir do embate entre classes, mostrando a não isenção do Estado Restrito na aplicação de medidas governamentais. Camargo (1986), Silva (1998), Ribeiro (2006) e Beskow (2010) apresentam a Questão Agrária como resultado direto dos interesses políticos e econômicos capazes de minar qualquer plano de modernização que fosse de encontro com tais interesses. Como o

¹ Gramsci possui uma concepção ampliada do Estado, que “comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), etc” (grifos do autor) (COUTINHO, 1989, p. 76 e 77).

plano de reforma agrária, que foi substituído pelos programas de colonização oficial implantados em todo país.

Para uma pesquisa sobre a política de colonização estadonovista no Maranhão, especificamente, a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda, a historiografia maranhense apresenta lacunas. Meireles (2001), por exemplo, adepto da história política tradicional, se atém aos atos dos corredores e gabinetes. Tribuzi (1981) aborda a formação econômica do Maranhão num ensaio de publicação póstuma, que esclarece sobre as atividades que compunham a economia maranhense até a década de 1970, mas sem uma articulação discursiva relacionando-as com questões políticas locais ou nacionais. Trovão (2008) propõe-se a analisar a ocupação do território maranhense, e o faz a partir de uma narração dos principais fatos relacionando os processos de ocupação com as atividades econômicas correspondentes.

Outros autores como Oliveira (2006) e Ferreira (2008) contribuíram com análises sobre o território maranhense essenciais para a elaboração das conclusões analíticas como a presença intensa de indígenas na região escolhida para instalação da referida colônia (OLIVEIRA, 2006). Enquanto Ferreira oferece dados mais próximos ao objetivo deste trabalho, mas que mesmo assim ainda pouco para a compreensão do programa federal de colonização para o Maranhão.

Nesse momento a pesquisa nos documentos foi importante para o alcance proposto. O objetivo de analisar os eixos organizacionais da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda exigiu o exame minucioso dos trâmites administrativos durante a instalação da citada colônia para o conhecimento dos atores e responsáveis pela tarefa de estabelecer tal programa federal. Foram ofícios, telegramas, pareceres, resoluções e o mapa indicativo das terras doadas. Além do periódico do Diário Oficial do ano 1942.

Faz-se necessário destacar a deficiência da documentação, que foi ocasionada pelo fechamento da Biblioteca Pública Benedito Leite, e impediu uma análise mais holística. Os relatórios do interventor dos anos finais do Estado Novo ficaram de fora e seriam interessantes porque coincidem com o período de instalação da colônia, 1944-45.

Mas acreditamos que a partir do que conseguimos catalogar de documentação alcançamos a elaboração de texto monográfico que já pode se constituir em um embasamento inicial para uma pesquisa afim.

A monografia está organizada em três capítulos. No Capítulo I, **Estado Novo: os fundamentos da ossatura material do Estado Restrito**, propomos discutir a nova estruturação do Estado Restrito, como parte do amplo processo de consolidação do

capitalismo, bem como da Revolução Burguesa, em que o poder da burguesia industrial vai sendo incorporado à direção política estatal. O primeiro item traz uma introdução do contexto de transformação nacional, diante de uma conjuntura de Industrialização Restringida no qual o Estado Novo foi implantado. É necessário destacar a crise de hegemonia pela qual atravessava o país, que permitiu a constituição de um Estado Restrito forte e centralizador.

No segundo item abordamos as principais reformas administrativas ocorridas, materializadas na criação de novos órgãos estatais e a supervalorização da ocupação dos cargos por técnicos, que imprimia às ações estatais a marca de impessoalidade e eficiência para justificar o regime autoritário no empreendimento do desenvolvimento nacional. Este é o tema do terceiro item, que discute as novas posturas de planejamento, principalmente em decorrência da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O Capítulo II, **Política de Colonização: ocupação oficial dos espaços “vazios”**, começando com seu primeiro item, apresenta o surgimento da Questão Agrária no Brasil. O segundo item expõe a proposta de complementaridade entre Agricultura e Indústria para articular a economia interna. O terceiro item tem como objetivo analisar a incorporação do campo no projeto de desenvolvimento do governo federal.

O quarto item discute a implantação da política de colonização no país direcionando a ocupação do território nacional e organizando a forma de estabelecimento nas novas áreas através de programas dirigidos, como a colônia agrícola nacional.

Por último, o Capítulo III, **Os (des)caminhos da política de colonização para o Maranhão**, que analisa, em seu primeiro item, a posição maranhense no contexto nacional de formação do capitalismo no país. No item seguinte abordamos as justificativas elaboradas para a escolha do município de Barra do Corda para a instalação do programa federal. No terceiro item, o objetivo é detalhar a proposta de sua estruturação, e o último item destrincha o processo de implantação da referida colônia.

Consideramos que o resultado do exame das fontes a que tivemos acesso cruzado com as informações fornecidas pela literatura especializada permitiu a elaboração de um discurso historiográfico competente para pronunciar as vicissitudes da inserção da política de colonização estadonovista no Maranhão.

1. ESTADO NOVO: os fundamentos da ossatura material do Estado Restrito

1.1 Introdução

Partindo de uma orientação gramsciana, a organização do Estado Restrito no período em que o regime político do Estado Novo vigorou foi permeada por novos papéis assumidos na relação deste com a sociedade diante de um novo contexto econômico do país. A industrialização tornava-se a principal pauta governamental, indicando uma modificação estrutural na orientação da economia nacional. De um país agroexportador cuja acumulação centrava-se no nível de exportação das matérias-primas, tendo no poder os produtores rurais, o Brasil, naquele momento, seguia o caminho para a industrialização e diversificava também o cenário político com a entrada de novos atores sociais, como a burguesia industrial, as camadas médias urbanas e o proletariado². Assim sendo, tais mudanças nas bases materiais foram ocasionando, ou exigindo, alterações político-institucionais promovendo a necessidade de que o Estado Restrito se adequasse às novas exigências.

Para entendermos de forma aprofundada essas modificações, é necessário analisar o período do Estado Novo dentro de um processo já em andamento, mas que foi se tornando mais evidente a partir da Revolução de 1930. Segundo Sônia Draibe (1985), a partir desse acontecimento deu-se início a industrialização no país, pois até aquele momento, havia no Brasil somente crescimento industrial, que não conferia

ao capital industrial um grau de diversificação e uma escala suficiente para a dominância neste processo de acumulação, nem o habilitou a destruir formas pretéritas de organização da produção. É a heterogeneidade desta fase que permite caracterizá-la como uma estrutura de transição: sob a dominação do capital mercantil, nela convivem as mais diversas formas de organização da produção e distintas relações de produção (DRAIBE, 1985, p. 12).

Já o termo industrialização indica que além do crescimento industrial, houve mudança no padrão de acumulação econômica. Isso quer dizer que a exportação de produtos primários deixou de ser a principal fonte de acumulação de renda da nação. À organização do setor industrial nacional juntou-se a articulação de um mercado interno antes menosprezado a nível estatal, e levou a uma maior complexidade e heterogeneidade da economia. Esta mesma estudiosa considera os anos entre 1930 e 1961 como a fase final do processo de constituição

² Segundo Eli Diniz (1999), os novos atores sociais incorporados na cena política são exclusivos do mundo urbano, visto que as frações agrárias não hegemônicas permaneceram excluídas.

do capitalismo no país. O período do Estado Novo (1937-45) está inserido no que a autora, citando a classificação de João Manuel Cardoso de Mello, denominou de fase de industrialização restringida, localizada entre 1933 a 1955, na qual:

as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, *num golpe*, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (grifo do autor) (MELLO, 1982 Apud DRAIBE, 1985, p. 13).

A consolidação do setor industrial dentro do processo de consolidação do capitalismo no Brasil, que também na classificação de João Manuel Cardoso de Mello tem características de capitalismo tardio³, integrou o movimento histórico da Revolução Burguesa brasileira englobando um nicho mais amplo que a industrialização, que no caso é apenas o aspecto econômico desse processo. Na dita Revolução também estão incluídas mudanças políticas, culturais e sociais. Politicamente, um dos aspectos mais importante é o desenvolvimento do Estado burguês. Pois além das mudanças nas estruturas econômicas, as estruturas políticas também se constituíram em uma nova forma para expressar o poder e a dominação da classe em ascensão (DRAIBE, 1985, p. 14).

Dessa forma, analisar o surgimento de um novo padrão de Estado nesse período significa analisar a formação do Estado capitalista nacional brasileiro, ou seja, “o movimento de construção das estruturas nacionais, centralizadas, unificadoras e centralizadoras” (DRAIBE, 1985, p. 16) para expressar o poder burguês, pois os rumos que o país traçava naquele momento tornavam a questão do Estado crucial.

Todavia, a forma como se encaminhou essa revolução foi lenta e gradual, como bem pontua Cardoso de Mello na citação acima ao explicar as limitações econômicas que restringiam a expansão da indústria no país. Especificamente a impossibilidade de autofinanciamento da burguesia industrial para a indústria de bens de produção.

A transição para o Estado capitalista foi marcada por avanços e retrocessos para a consolidação da hegemonia⁴ burguesa ao nacionalizar seus interesses. Isso se constituiu no decurso do próprio processo de industrialização em que a crescente burguesia industrial ainda não possuía condições de nuclear forças em torno de si para assumir o controle do Estado

³ “Capitalismo tardio se constitui em um processo de industrialização que possui um passado colonial e está inserido em uma economia exportadora nacional, e está sendo realizado na etapa monopolista do capitalismo mundial” (DRAIBE, 1985, p. 16).

⁴ Segundo a concepção gramsciana, hegemonia é o domínio de uma classe sobre as demais, ou seja, a classe dominante quando se torna classe dirigente nacionaliza os seus interesses. Para isso, se utiliza de estratégias para conquistar e manter o consenso, mesmo que passivo, das classes dirigidas (COUTINHO, 1989, p. 38 e 39).

Restrito desencadeando uma crise de hegemonia cuja resolução passou pela consolidação de um Estado forte e centralizador. Os novos grupos sociais no campo político, bem como a fração da classe dominante em ascensão configuravam-se como pressão constante para a modificação da ossatura material da Sociedade Política, ainda pressionada pela manutenção da força do grupo agrário exportador.

As classes sociais mais expressivas nessa disputa pelo controle da Sociedade Política eram a burguesia cafeeira, a burguesia industrial e o proletariado. A essa disputa sobre a questão institucional, estava ligada, intimamente, o caminho a ser traçado sobre os rumos da industrialização, e conseqüentemente, para a consolidação do capitalismo no Brasil. Essas classes constituíram três alternativas diferentes para a expansão da indústria que Sônia Draibe (1985) designa como “vias de desenvolvimento da industrialização”. São esquemas abstratos, elaborados para o melhor entendimento das possibilidades de inserção mundial da economia e não projetos dados e fixos. Muito pelo contrário, iam sendo construídos no movimento histórico concreto, por isso não eram encaradas, assim que surgiam, como solução para o futuro (DRAIBE, 1985, p. 32).

Faz-se necessário esclarecer o porquê dessas três classes como únicas capazes de concorrerem com seus projetos de sociedade. O fato é que esses setores possuíam um projeto de futuro, com objetivos, meios, justificativas, ou seja, “cada um destes setores fundamentais constituía uma *base de interesses* capaz de ordenar, de uma determinada maneira, as questões do desenvolvimento do capitalismo” (grifos da autora) (DRAIBE, 1985, p.33). Seriam as questões agrária, institucional, social e urbana, a serem resolvidas durante o percurso industrializante. Numa perspectiva gramsciana, eram classes que poderiam se tornar hegemônicas uma vez que capazes de nacionalizar seus interesses.

O projeto da burguesia cafeeira pode ser resumido como uma “via conservadora” de desenvolvimento, em que o setor industrial se restringiria aos bens de consumo para sustentar a reprodução da força de trabalho, enquanto a importação supriria o mercado com outros produtos industrializados. A estrutura agrária seria mantida, bem como a descentralização estatal, deixando para o Executivo federal apenas uma centralização moderada. A questão urbana e social, pouco mudaria, permanecendo as condições excludentes e de concentração de renda (DRAIBE, 1985, p. 34 e 35).

Já a burguesia industrial levaria o desenvolvimento de maneira bem comedida, defendendo o avanço industrial cuidadoso para garantir sua hegemonia econômica. A entrada de capital estrangeiro era um ponto de indefinição, se seria apenas capital de empréstimo ou investimento direto na indústria. As definições dessa questão limitariam a atuação do Estado.

No campo iria se constituir a propriedade capitalista moderna, mantendo a estrutura fundiária, e assegurando o abastecimento de alimentos pela expansão da fronteira agrícola. E na questão social, permitia a implantação de políticas sociais, mas com uma abrangência e eficiência muito abaixo dos problemas existentes (DRAIBE, 1985, p. 36-38).

E por último, na via de desenvolvimento proposta pela classe operária, caracterizada por Draibe como via nacional-popular, haveria um acelerado processo de industrialização, no qual o Estado Restrito teria atuação dominante possibilitando, através de políticas públicas, a distribuição de renda e a melhoria nas condições de vida urbana. E no meio rural, além da expansão da fronteira agrícola, a implementação da reforma agrária.

Eram planos de forças políticas almejando o controle da ossatura material do Estado Restrito cujo embate gerou instabilidade que ameaçava a ordem e causava temor aos grupos dominantes. Esse temor resultou na ideologia do autoritarismo, consubstanciado no Estado Novo, que “viabilizava o avanço das forças antioligárquicas, eliminando paralelamente suas correntes mais radicais, vale dizer, viabilizava as mudanças sem contestar as bases de sustentação da ordem capitalista em transição” (DINIZ, 1986, p. 84), protegendo as classes dominantes dos prejuízos que uma democracia poderia causar para seu patrimônio e dominação⁵, caso as classes subalternas atingissem espaço político para implementarem seus projetos.

Também a centralização política no Executivo, característica do regime ditatorial, retirou de outras instâncias a possibilidade de discussão e debate na sociedade civil sobre questões de interesse geral. O processo decisório tornou-se fechado nas instâncias superiores (DINIZ, 1986, p. 85). Essa nova estrutura decisória amenizou os conflitos inter e intraclasse, concomitantemente, trazendo-os para dentro do aparelho estatal. As disputas políticas passaram a ser institucionalizadas, ou seja, os interesses não poderiam ser manifestados livremente, se não por meio institucional. A arquitetura político-institucional se complexificou e passou a acomodar os embates entre os diferentes projetos, que no interior do Estado, ganhavam o teor de interesse público.

Dizendo de outra forma, a criação de órgãos estatais ou a ampliação dos já existentes foram moldando o novo aparelho estatal, a partir daquele momento centralizado, centralizador e intervencionista em um contexto ditatorial, acomodando na nova burocracia os interesses classistas que influenciavam as instâncias deliberativas.

⁵ Um ideário autoritário foi criado para legitimar e fundamentar uma série de modificações político-institucionais, com a colaboração de importantes intelectuais como Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

O caráter intervencionista desse Estado cumpriu o papel de mantenedor da ordem na arena de disputas políticas. “O intervencionismo, tal como era visto por Vargas, justificava-se por sua eficiência e, até certo ponto por sua impessoalidade” (FONSECA, 1999, p. 254). Em meio a um quadro político conflituoso e a práticas políticas tão criticadas pelo novo regime (as fraudes políticas no parlamento e nas eleições e o coronelismo⁶), a impessoalidade estatal desbancaria todos os interesses particulares envolvidos, para de forma conjunta e integrada, construir e realizar o interesse geral.

Em meio a várias possibilidades de ação em sentidos diversos, o Estado Restrito coordenaria todos os esforços num só sentido, direcionando de forma sensata o desenvolvimento do país a partir de uma intervenção governamental impessoal e eficiente. Assim se queria provar a neutralidade e a autonomia dessas ações de Estado.

A neutralidade era apenas parte da retórica de legitimação do regime do Estado Novo, pois apresentava contradições no discurso e também na prática. O governo admitia “certo faccionismo em favor dos trabalhadores”, porém, com uma investigação mais precisa, se constata que

a ação governamental estava empenhada com o desenvolvimento econômico, ou seja, com a expansão das forças produtivas capitalistas, e visava, sobretudo, a assentá-la sobre novas bases, na industrialização e no mercado interno (FONSECA, 1999, p. 264).

Quanto à autonomia do Estado, todavia, seria relativa, pois para todos os trâmites institucionais, a ação governamental era limitada pela atuação dos grupos, ou seja, ao mesmo tempo, que a crise de poder permitia um Estado Restrito forte com ampla possibilidade de intervenção, os grupos em confronto, alojados nos aparelhos institucionais, direcionavam essas intervenções de acordo com suas intenções.

⁶Coronelismo é um termo cunhado para o estudo das oligarquias da Primeira República, especificamente a relação entre o público e o privado. O debate sobre esse conceito recebeu grande contribuição da obra pioneira *Coronelismo, enxada e voto* (1949), de Vítor Nunes Leal, rompendo com a ideia de oposição entre ordem pública e ordem privada. Mas para este autor, o coronelismo é um fenômeno específico da Primeira República, definido como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Outros autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e Eul Soo Pang (1979) “identificam coronelismo com mandonismo, o que permite que o conceito seja dilatado, perca sua precisão histórica e possa ser aplicado a qualquer conjuntura da história brasileira. Maria Isaura também amplia a caracterização do coronelismo para incorporar manifestações urbanas, em que podem ser definidos como coronéis comerciantes, médicos, empresários, muitas vezes desvinculados da propriedade da terra”. Paul Cammack (1979) aborda o coronelismo pela perspectiva da representação de interesses das classes dominantes, dando ênfase não só ao campo da política, com o clientelismo, mas também à atuação socioeconômica dos coronéis. José Murilo de Carvalho (1984) encara “como exagero o valor atribuído ao voto na República Velha, e não analisa essa limitação como suficiente para invalidar o modelo de análise de Vítor Nunes” (Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 251-252)

O sentido do intervencionismo, assim, era garantir, segundo Fonseca (1999), a expansão das forças capitalistas dentro da ordem, justificado, ideologicamente, pelo desenvolvimento para todos e não somente para alguns grupos privilegiados.

1.2 Reformas Administrativas

As reformas administrativas empreendidas pelo Estado Novo podem ser melhor entendidas quando se tem bem nítido que elas foram permeadas pela concentração de poder junto a burocracia estatal, que só foi possível por ser um regime autoritário. As instâncias de nível municipal, estadual e federal do poder Legislativo foram suprimidas. O Executivo federal assumiu o papel legislativo por meio dos decretos-lei e o poder regional se submeteu ao poder central de maneira mais incisiva devido ao contexto de legalização das arbitrariedades do presidente através da imposição da Carta Constitucional de 1937⁷. Pedro Fonseca (1999, p. 254) pontua a implantação do Estado Novo como o momento da subordinação definitiva das instâncias regionais de poder ao governo federal.

Na Carta de 1937, o governo deu continuidade às interventorias para a administração regional, no qual o Estado Restrito forte foi “desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas do ponto de vista do funcionamento global da economia” (DINIZ, 1986, p. 107). As ações no campo econômico passaram a ser de escala nacional, de integração das várias regiões do país. Por isso, a extinção dos impostos interestaduais e a junção de medidas para fortalecer o mercado interno.

No âmbito burocrático-administrativo, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP em 1938 significou o ponto alto da racionalização burocrática. Ao nível estadual havia os chamados “daspinhos”, que eram os Departamentos Estaduais do Serviço Público, “que, junto com os interventores e o Ministério da Justiça, constituíram a expressão local do poder centralizado no Executivo federal” (DRAIBE, 1985, p.86). E esses departamentos estaduais possuíam uma concentração muito grande de poder, que chegavam a sobrepor a do interventor.

A criação de organismos estatais se estendeu para diversas áreas atendendo, por exemplo, aos objetivos de fomento e de financiamento da produção, como: os Institutos Nacionais do Mate (1938), do Sal (1940), do Pinho (1941) e o Serviço de Expansão do Trigo

⁷ “A Constituição de 1937, em seus artigos 15 e 16, enumera nada menos que trinta e oito itens de competência exclusiva da União, enquanto o artigo 20 dá a ela competência privativa para decretar impostos sobre importações de mercadorias, de consumo, de renda e de transferência de fundos para o exterior. Caberia aos estados decretar os impostos que tradicionalmente garantem menor fluxo de receita” (FONSECA, 1999, p. 254).

(1944). Ainda para o setor primário foi organizado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1944).

Atendendo a nova pauta governamental de propiciar o desenvolvimento industrial, bem como a infraestrutura necessária para o progresso desse setor, foram criados os seguintes órgãos: Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia (1939), Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Fábrica Nacional de Motores (1940), Comissão de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), Comissão da Vale do Rio Doce (1942), Comissão Executiva Têxtil (1942), Serviço Social da Indústria – SESI (1943) e Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944). Ademais os órgãos de setores básicos: Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e Companhia Nacional de Álcalis (1943).

O Estado Restrito também direcionou sua intervenção para o mundo do trabalho com a criação do Conselho de Imigração e Colonização (1938), subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (1943).

Também foi relevante a institucionalização das informações sobre o país com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1938), demonstrando a busca de maior conhecimento sobre o país em sua dimensão, tanto territorial como nos diversos aspectos que compunham a geografia e a história nacional, como forma de embasar as políticas governamentais a serem implantadas.

Porém, foram as intervenções na economia que, por meio do estabelecimento de novos aparelhos estatais, mais tiveram uma dimensão abrangente e conjunta. De acordo com Octavio Ianni (2009), a crescente participação estatal na economia é uma tendência associada à formação de um Estado burguês. Essa atuação estatal é no intuito de estabelecer um melhor funcionamento do capitalismo, e obviamente propiciar sua expansão. Isso posto, a grande quantidade de órgãos (institutos, autarquias e conselhos) na esfera econômica estatal surgiu pela necessidade de estruturação da política econômica estatal. É importante lembrarmos que a industrialização não poderia ser financiada e organizada pela burguesia industrial sozinha. Precisava do Estado Restrito para consolidar seus objetivos, mas ainda sim, tendo de vencer os embates políticos no interior deste.

Quanto à política econômica foram criados: Instituto de Resseguros do Brasil (1940), Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937), Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil – CEXIM (1941), Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC (1945), Coordenação de Mobilidade Econômica – CME (1942), Banco de Crédito

da Borracha (1942), Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC (1943), Comissões de Financiamento da Produção (1943) e Comissão de Planejamento Econômico – CPE (1944)⁸.

Segundo Draibe (1985, p. 47), a criação desses diversos aparelhos econômicos sugere a incorporação dos interesses econômicos na máquina estatal. Esses interesses passavam por um processo de abstração e generalização por meio dos organismos de intervenção, constituindo, ao final, o “interesse geral”. Como já foi exposto anteriormente, a burocracia se transformou, então, em palco de disputas pela política econômica e social que seria implantada pelo Estado Restrito.

Os técnicos e burocratas, no papel de direção, se configuraram na tentativa de dar um caráter de unidade às políticas estatais. O discurso estadonovista supervalorizou esse novo aspecto do Estado Restrito com a presença de técnicos no corpo diretivo das organizações, caracterizando a supremacia da técnica “em relação à política, esta última vista como fonte de distorções e fator de irracionalidade na condução dos negócios públicos” (DINIZ, 1999, p. 27 e 28). Esse esquema analítico recai na ideia de que era o técnico que dirigia os novos órgãos. Seria um padrão de cientificidade, impessoalidade em relação aos dilemas sociais, políticos e, principalmente, econômicos.

Porém, a autonomia do técnico é fruto da incompetência dos projetos econômicos de se autodeterminarem como hegemônicos. Assim, os interesses econômicos do setor agrícola, ou industrial, ou do comércio, ou ainda bancário, se digladiavam a respeito de vários quesitos, se organizavam em torno de objetivos comuns. De acordo com esses fatos,

este é o espaço da atuação mais ‘independente’ e politizada da burocracia. Dada a interpenetração das políticas e seu grau de complexidade, o conhecimento especializado e, principalmente, o domínio pelo técnico sobre o conteúdo das decisões e de suas repercussões, capacitam-no a operar como pivô nos sistemas de força e nas alianças entre grupos de interesses e nas articulações interburocráticas em torno de alvos comuns (DRAIBE, 1985, p. 53).

A atuação de pivô dos técnicos não se traduz como se a burocracia fosse mera ferramenta do conflito de interesses. A constituição dos interesses econômico-corporativos passa pelos caminhos burocráticos e obviamente, dos vários órgãos econômicos. Um bom exemplo de como a supremacia da técnica teve uma dimensão tão grande, é que “os Conselhos Técnicos substituíram o Congresso como órgão de representação” (CAPELATO,

⁸ Todos esses órgãos, de diversas áreas, foram catalogados em Draibe (1985), Diniz (1986), Ianni (2009), Fonseca (1999) e Capelato (2003).

2003, p. 119). Getúlio Vargas dizia que os conselhos técnicos nacionais estavam substituindo o “diletantismo parlamentar”, com sua verborragia desnecessária e enganosa, ineficiente para resolver os problemas do país, juntando a isso a corrupção característica de República Velha. Enquanto essa burocracia técnica seria objetiva e impessoal, além de racional. Os técnicos estavam no governo pelo seu saber técnico-científico, para modernizar a economia, e também, para agilizar as ações no contexto de guerra (FONSECA, 1999, p. 287).

É interessante ressaltar a abrangência dada aos conselhos técnicos que foram estruturados nacionalmente e cujas decisões incidiam sobre todo o país para resolução de problemas que embora localizados geograficamente no âmbito regional, eram inseridos numa perspectiva nacional, segundo constatação do próprio Vargas (FONSECA, 1999, p. 287 e 288).

Mas a tentativa de esvaziamento do conteúdo político dos rumos da administração estatal, tão reforçada pelo governo, obviamente não foi, em absoluto, vitoriosa. Como não havia eleição, o técnico era indicado por associações patronais ou sindicais, ou ainda pelo presidente Vargas (FONSECA, 1999, p. 255). Tal indicação demonstra que essa burocracia emergente não estava isenta, de forma alguma, das disputas políticas classistas que estavam escamoteadas pela aparente neutralidade e cientificidade das decisões técnicas.

1.3 Desenvolvimento Econômico e Planejamento Estatal

O desenvolvimento econômico do país era a principal justificativa para a legitimação do Estado Novo, bem como, do arcabouço jurídico-institucional implementado durante o regime.

A ideia desse novo padrão de desenvolvimento incluía a mudança do status do Brasil dentro da divisão internacional do trabalho, ou seja, o país deveria deixar de ser somente uma economia fornecedora de matérias-primas e compradora de produtos industrializados, passando a ser mais independente das vicissitudes externas.

Essa postura era consequência dos efeitos causados pela crise de 1929⁹ na economia nacional. A partir daí formou-se uma ideia cada vez mais advogada de que o país deveria superar a condição de dependência ao mercado externo. Para isso, a industrialização deveria

⁹ Segundo Eric Hobsbawn (1995, p.104), uma das explicações para a crise de 1929, é o fato da economia mundial não ter gerado demanda suficiente para uma expansão duradoura. O crescimento da produtividade industrial não era acompanhado pela demanda de massa. Os lucros cresceram, mas os salários se mantiveram estagnados. Resultou em superprodução e especulação, o que levou ao colapso da economia com efeitos drásticos principalmente para os EUA, maior comprador do café brasileiro.

ser consolidada, bem como um mercado interno, nacional, articulado, integrador das regiões brasileiras. Essas ações seriam organizadas pelo Estado Restrito através da intervenção governamental. Ou seja, a promoção de um determinado projeto de desenvolvimento legitimou o Estado Novo. Fonseca (1999) esclarece que a ação estatal para o desenvolvimento já era discutida antes de 1937, antes mesmo até de 1930, mas que somente no período estadonovista tornou-se uma ideologia: o desenvolvimentismo.

Entendido como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado (no sentido estrito), o desenvolvimentismo surgiu no afã de superar a pobreza, ou seja, é empregado na teoria do subdesenvolvimento para explicar os atrasos econômicos dos países pobres e, óbvio, para resolver os problemas. O período de 1930-45 corresponde, na verdade, em uma tomada de consciência da problemática da industrialização no Brasil, que Ricardo Bielschowsky (2000) classificou como a “origem” do desenvolvimentismo, algo bem incipiente, em que quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista surgem no entendimento econômico e político brasileiro: a) a consciência da necessidade e viabilidade de implantar no país um setor industrial integrado; b) o senso da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros para possibilitar a acumulação industrial; c) a ideia de intervenção estatal manifestava-se de maneira mais abrangente nas classes empresariais e nas classes industriais do país; d) acirramento do nacionalismo econômico com a visão de que a ação governamental incluía, além do planejamento e controle, investimentos em infraestrutura (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 248-252).

Mas somente na década de 1950 a ideologia de superação do subdesenvolvimento tornou-se hegemônica. Chegou a ser defendida por intelectuais da CEPAL¹⁰, combinando a “tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29). Políticos reformistas, a esquerda moderada e os comunistas também defenderam o desenvolvimentismo. Com a diferença que esses últimos atribuíam às causas, fatores eminentemente econômicos (tempos de determinismo econômico na teoria marxista) enquanto que para Vargas, os fatores internos

¹⁰ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão regional da Organização das Nações Unidas, criado em 1948, uma das mais importantes escolas de pensamento econômico do Terceiro Mundo, que “elaborou um amplo e original sistema analítico, que constituiu um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas”, ou seja, do processo de industrialização dessas economias. Os argumentos utilizados pelos cepalinos para explicar o subdesenvolvimento latino americano estão centrados no conceito centro-periferia, segundo o qual, “a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16).

justificavam tal situação (arquitetura político-institucional inadequada e miopia dos políticos da República Velha) (FONSECA, 1999, p. 266).

A opção do governo, no Estado Novo, estava direcionada para o rompimento desse atraso econômico brasileiro, que por sua vez estava relacionado com a situação de dependência. De acordo com os discursos de Vargas analisados por Pedro Fonseca, “a principal proposta do governo era consolidar o mercado interno” (FONSECA, 1999, p. 264). Tornar a economia brasileira mais independente das oscilações do mercado internacional. Nesse contexto, desenvolvimento econômico significava industrializar, melhorar as condições de vida dos cidadãos e romper com a dependência.

Formar um mercado interno referia-se à integração nacional para criar a demanda para os produtos industrializados que passariam a ser produzidos no Brasil, e também para suprir a produção do setor primário tanto ao nível dos consumidores, como das indústrias. Significava ir até os rincões do país, áreas que Getúlio Vargas qualificou de “coloniais”. Como “cada parte do país encontrava-se em diferente *etapa de desenvolvimento econômico*” (FONSECA, 1999, p. 274), essa diferença também se fez na inserção das regiões na economia nacional, algumas produtoras e industrializadas, enquanto outras eram eminentemente consumidoras de produtos de outras partes do país.

A historiadora Sônia Mendonça (1986), tendo como referência as análises de Francisco de Oliveira, pontua que a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno fazia parte da resolução do problema de financiamento da indústria brasileira. A ação governamental precisava se reorganizar para “eleger alternativas internas capazes de superar a defasagem existente entre o vulto da tarefa a ser realizada e os recursos disponíveis para sua realização” (MENDONÇA, 1986, p. 25). Para isso, a coordenação dos recursos pelo aparelho estatal era primordial.

Mas além de coordenador, o Estado Restrito também se constituiu em investidor. Em que a empresa estatal se estabeleceu nos ramos de infraestrutura, siderurgia, eletrificação, transportes e outros, e sempre no sentido da “maximização do lucro privado”. Por isso a venda de produtos e serviços ao menor preço possível, de modo a permitir economias de custos à burguesia industrial. Os encargos financeiros da instalação das unidades essenciais do setor de bens de produção recaíram sobre a receita estatal. Dessa forma, é inegável o papel do Estado Restrito como criador de “bases para que a acumulação capitalista, ao nível das empresas [privadas], pudesse se reproduzir”, ou seja, “potencializando o desempenho lucrativo da indústria privada” (MENDONÇA, 1986, p. 28, 31 e 32).

Porém, a constituição de um sólido mercado interno e o crescimento do setor industrial se faria de forma gradual e segura, com um programa de industrialização dirigido. Para coordenar e disciplinar os diversos esforços para o desenvolvimento diante de vários problemas simultâneos, isso só seria possível por meio do planejamento. Fonseca (1999) faz a ressalva que o planejamento estadonovista não era moderno,

com objetivos, prioridades, metas e instrumentos de política econômica organizados num mesmo documento, mas ele o possuía enquanto *projeto* à economia do país”, “*como se houvesse um projeto consciente e delineado em suas linhas básicas* visando a atingir determinados objetivos (grifos do autor) (FONSECA, 1999, p. 258 e 259).

O novo quadro político-institucional organizado durante o Estado Novo no bojo do processo de industrialização apresentou formas embrionárias de planejamento econômico no Brasil. A criação de órgãos pode remeter a ideia de uma planificação permeada de sistematização a partir de estudos e pesquisas prévios, mas o contexto estudado não foi caracterizado pela implantação de planos elaborados.

Os objetivos que estavam nos projetos das novas instituições não faziam parte de um planejamento global e conjunto ao nível nacional. Segundo Octavio Ianni (2009), não houve um planejamento prévio nas reformas político-administrativas, bem como na reestruturação do aparelho estatal. A ação do Estado era circunstancial, de acordo com os problemas que apareciam, causados por disputas políticas, ou por pressões econômicas, políticas, sociais e militares, inclusive, pressões externas.

De acordo com Pedro Fonseca (1999), a deflagração da Segunda Guerra Mundial frustrou em parte a política de desenvolvimento econômico que vinha sendo organizada. Frustrou também um projeto pensado para o progresso nacional a longo prazo, nos moldes já esclarecidos, que implantaria gradualmente modificações estruturais. O governo teve que adaptar sua política econômica para a conjuntura bélica, ou seja, “tentar compatibilizar variáveis como crescimento industrial, emissão de papel moeda e de Letras do Tesouro, importações e inflação” (FONSECA, 1999, p. 260), e isso se chamava “financiamento de guerra”.

Esse financiamento significava que a prática do planejamento estava sendo incorporada nas ações do poder público. Isso que dizer que durante boa parte do Estado Novo, até 1942, não havia um hábito de planificação anterior às intervenções ou regulações estatais.

Um fato desencadeado pelo conflito bélico foi a necessária modificação da economia nacional devido às questões de abastecimento, em uma conjuntura de supressão do comércio

com os países envolvidos na guerra. Havia uma demanda do mercado interno que anteriormente era suprida por produtos importados, e até aquele momento só produzidos no exterior. Assim cresceu a demanda interna por suprimentos e outros gêneros, e dessa forma, “o poder público foi levado a participar de modo cada vez mais amplo e sistemático da economia do país” (IANNI, 2009, p. 52).

Outra mudança que também deve ser pontuada em favor do mercado interno era a

rápida alternância do peso dos principais impostos no total da receita tributária: houve queda violenta da participação do imposto de importação e elevação significativa do imposto de renda, enquanto o imposto de consumo continuava com a ascensão gradual verificada desde a implementação (FONSECA, 1999, p. 267).

As mudanças na receita tributária federal evidenciavam a transformação estrutural da economia brasileira, diminuindo a percentagem da renda advinda das tarifas alfandegárias em cima dos produtos importados, e elevação dos impostos sobre a renda, o que infere uma política de regulação, principalmente, dos salários, e impostos sobre o consumo, ou seja, havia um aumento tendencial dos novos hábitos provocados pelo capitalismo.

Todo um mercado a ser suprido oferecia ótimas perspectivas para a industrialização. A viabilização do capitalismo industrial no país estava condicionada à ideia de “planificação nacional” (DINIZ, 1986, p. 112) que já vinha sendo debatida antes da guerra. A formulação de um planejamento técnico-científico foi sendo incorporada na política econômica governamental. A base científica em pesquisas, na coleta de dados, na análise e nas conclusões sobre problemas envolvendo a política econômica deram novas perspectivas ao desenvolvimento do país, ou seja, era a adoção de critérios científicos na tomada de decisões (FONSECA, 1999, p. 254), evidenciada pela ascensão da burocracia técnica, como exposto do tópico anterior.

A conjuntura bélica colocava outra questão a ser resolvida a partir da prática do planejamento. O envolvimento brasileiro na guerra trazia à tona o problema de defesa nacional, quer dizer, a estruturação das Forças Armadas. Esse ponto está intimamente ligado à implantação da siderurgia, devido à impossibilidade de adquirir, por meio da importação, a estrutura material necessária para uma ação militar.

Mas a questão da industrialização e da nova máquina estatal se uniram à outras condições momentâneas (economia de guerra e problema de defesa nacional), incorporando paulatinamente a sistemática da planificação. A entrada do Brasil na Segunda Guerra

Mundial¹¹ pode ser entendida como um momento crucial desse novo componente do Estado. Aliás, o êxito do regime do Estado Novo é relacionado ao contexto de guerra, que deu ao governo, justificativas para sua legitimação. A excepcionalidade das condições externas serviu para o argumento da necessidade de governo forte, com capacidade para unir a nação, para de forma soberana, enfrentar os inimigos externos. Ao mesmo tempo, fortalecendo seu poderio militar, e tendo a certeza da disposição de um contingente significativo caso fosse necessária uma intervenção militar. A imprevisibilidade do conflito mundial e o temor causado por ele permitiu consolidar o poder centralizado do governo, e também o processo de expansão capitalista. O conflito bélico propiciava o discurso de defesa da industrialização, bem como de diversificação agrícola, de desenvolvimento do mercado interno e de concentração de poder do Estado Restrito na economia e na política. Podemos inferir que a guerra se constituiu em um momento histórico favorável de modificar a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho (FONSECA, 1999, p. 278, 284 e 290).

Voltando a falar da planificação, a incorporação dessa prática não ocorreu de forma igual em todas as áreas. Pois sofreu a interferência dos interesses privados no interior do Estado. “Esta é a razão porque, ao mesmo tempo em que se ensaiava a política econômica governamental planificada, desenvolvia-se a controvérsia sobre os limites da participação estatal na economia” (IANNI, 2009, p. 63). A todo instante e a toda ação do Estado, os setores particulares estavam interferindo, em seu benefício, como recurso de tentativa de adequação à situação econômica e política do país.

Essa nova conjuntura estatal, transformando-se, gradativamente, em estrutural, com a inserção de reformas administrativas e uma nova prática do planejamento, que aumentaram o caráter racional desse Estado, ou seja, o seu aburguesamento, não foram suficientes para liquidar as estruturas baseadas no Estado oligárquico. “O padrão clientelista de expansão não foi eliminado. O resultado foi a evolução para um sistema híbrido, marcado pela interpenetração entre os aspectos do modelo racional-legal e a dinâmica clientelista” (DINIZ, 1999, p. 26).

A reforma administrativa se articulou no sentido da racionalização da administração pública. Mas, apesar dos esforços, algumas permanências de irracionalidade ainda estiveram presentes na máquina estatal. O aumento do número de órgãos e sua maior abrangência não

¹¹ No início da guerra, o governo brasileiro manteve-se neutro, a espera do desenrolar dos acontecimentos e também como forma de tirar proveito da situação do ponto de vista comercial. A demora na definição do governo revela as afinidades ideológicas do Estado Novo com os regimes nazifascistas. Mas com o ataque alemão contra navios brasileiros, em 1942, o Brasil definiu-se ao lado dos Aliados, e entrou no conflito mundial, enviando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália em 1944 (CAPELATO, 2003, p.134 e 135).

foram seguidos de um organograma das instituições. Não estava bem definida a hierarquia entre os órgãos, bem como a coordenação e superposição de funções entre vários deles. Havia também uma diversidade de orientação e atuação quanto às questões econômicas (DINIZ, 1986, p. 113). Isso nos leva a inferir a dimensão de irracionalidade na estrutura corporativa.

A existência de um grau ainda alto de irracionalidade em meio a tanta burocracia deveu-se à estrutura de poder do período, atravessada de lutas políticas pela conquista da hegemonia que se consubstanciaram no interior do Estado. Bem como às resistências sofridas na implantação desse novo padrão de Estado Restrito, em que as relações capitalistas ainda estão se organizando, e à magnitude na execução dessa implantação na imensidão do Brasil, ainda não integrado fisicamente, caracterizado por regiões isoladas.

Dessa forma,

o Estado Novo prepararia as condições efetivas para assegurar a hegemonia da burguesia industrial, tanto no nível econômico (implementando o plano siderúrgico e criando órgãos estatais para incrementar e racionalizar a produção), como político (tirando de cena temporariamente os inimigos deste projeto) e ideológico (propiciando ambiente, condições e meios aceitáveis e eficientes para ganhar adeptos e eliminar adversários, elaborando um conjunto de ideias que igualavam os interesses do país ao de sua burguesia industrial) (FONSECA, 1999, p. 291).

Todas as mudanças em processamento no Brasil, nos diversos âmbitos estavam se conjugando para um ponto de chegada comum, a consolidação do capitalismo no país que, sobre as bases construídas no Estado Novo, se concretizaria, ainda que em bases diversas, décadas depois.

Mas em meio a um contexto de mudanças havia ainda a permanência de algumas formas pretéritas, comum a uma fase de transição. As oligarquias rurais conseguiram manter a estrutura agrária concentradora e desigual, mesmo diante das alterações estruturais que se realizavam na economia do país, de forma a continuar dominando o campo. Sobre como o campo foi inserido no projeto de desenvolvimento do país, que foi elaborado a partir das cidades, mostrando o novo papel de subordinação entre esses espaços é o assunto do próximo capítulo.

2. POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO: ocupação oficial dos espaços “vazios”

2.1 Introdução

A política de colonização organizada durante o Estado Novo traz em seu bojo diversos dilemas vivenciados no interior do Estado Restrito para implementação dessa política que foi inserida no projeto modernizador. A começar pela própria existência dessa medida governamental quando cotejada com a ausência de uma política de Reforma Agrária¹² durante este regime político, que poderia ter alterado as bases de uma configuração fundiária extremamente concentrada. Além de uma estrutura agrária desigual e opressora, o campo era caracterizado pelo abandono do Estado Restrito. Local onde o controle estatal era quase inexistente, e quando presente, a burocracia era patrimonialista¹³.

Na estrutura política do Brasil da Primeira República, as oligarquias rurais¹⁴, devido sua força econômica, tinham o domínio político sobre seus trabalhadores e sobre uma população praticamente abandonada pelo Estado Restrito. Os grandes proprietários tornavam-se assim, coronéis¹⁵, coadunando em uma pessoa só o poder político e econômico regional, independente do cenário político nacional.

O processo de consolidação do Estado burguês esbarrou nessa estrutura de poder fundamentada na dominação pelo campo, em que a agricultura cumpria o papel de principal atividade econômica do país, e os grandes proprietários, os de comandantes da nação. A resistência imposta por essa estrutura política e econômica em relação ao progresso industrial levantaria a questão enunciada por Silva (1998), sobre o modo de fazer o campo brasileiro ajudar e participar do desenvolvimento nacional. Reconhecendo nessa discussão o momento do surgimento da Questão Agrária no Brasil (SILVA, 1998, p. 15 e 16).

¹² A primeira tentativa de legislar sobre a implantação da Reforma Agrária só ocorreu com a Lei Agrária, de autoria de Afrânio de Carvalho, que foi enviada ao Congresso Nacional em 30 de junho de 1947, no Governo Dutra. O projeto de Reforma Agrária era de iniciativa do Ministério da Agricultura. Por razões que merecem ser investigadas, essa lei morreu nas mãos do deputado João Mangabeira, relator da matéria. O que não exclui a omissão por parte de todo Legislativo (CAMARGO, 1986, p. 144).

¹³ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), o Estado patrimonial é caracterizado por ser deficiente nos princípios da racionalização, da impessoalidade e da objetividade da burocracia, com o predomínio constante das vontades particulares. Sendo observável, por exemplo, quando a gestão pública se apresenta como assunto de interesse particular do funcionário da administração pública, ou mesmo, quando a escolha de pessoas para exercer uma função pública se baseia na confiança pessoal do candidato. (HOLANDA, 1995, p. 146).

¹⁴ Segundo Camargo (1986), a oligarquia nos anos 1930 a 1964 teve dupla referência: o monopólio da terra e o controle do voto. Para esta pesquisa interessa a primeira referência porque o recorte temporal é o período da ditadura do Estado Novo (1937-45), em que não havia processo eleitoral, e o processo decisório era restrito a esfera do Executivo (CAMARGO, 1986, p. 126).

¹⁵ O conceito de *Coronelismo* foi abordado no capítulo anterior na nota de rodapé número 6, página 19.

Dessa forma, a Questão Agrária se configurou pela relação de dependência e subordinação entre agricultura e indústria, definindo assim, uma característica típica do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista¹⁶. Esta questão é conceituada como sendo o conjunto de problemas sociais e econômicos que se referem ao setor primário da economia, que tornou-se empecilho para a tarefa de efetivar as alterações necessárias para consolidar o modo de produção capitalista, que no caso iria, paulatinamente, suplantá-lo o modo de produção camponês. Porém, não foi isso que aconteceu, coexistindo formas pretéritas e modernas, que não necessariamente dificultaram o desenvolvimento capitalista, pois “o capitalismo urbano encontrava no próprio persistir de certas situações de subdesenvolvimento camponês a possibilidade de satisfazer determinadas necessidades estruturais” (BOBBIO, 1993, p. 1042), como por exemplo, o excedente de força de trabalho migrada para as cidades, que passava a compor o operariado industrial de forma relativamente barata para os industriais.

Segundo Mauro Ambrosoli, autor do verbete Questão Agrária no Dicionário de Política (1993), em sociedades não industrializadas, onde a terra era a principal riqueza, produtora de poder econômico e político, a solução para tal questão era a reforma agrária, como uma garantia para os proprietários contra a difusão de movimentos revolucionários de inspiração marxista (BOBBIO, 1993, p. 1048). O que seria uma solução bem democrática. Essa argumentação parte do pressuposto da existência de uma classe camponesa autônoma.

No caso do Brasil, a ausência de uma reforma agrária se justificaria, então, pela não afirmação do campesinato enquanto classe, sem representar perigo para as classes proprietárias durante o Estado Novo. Camargo (1986) argumenta que a população rural, a essa época, se encontrava em condições precárias de existência, sem capacidade de inserção e de pressão no jogo do poder (CAMARGO, 1986, p. 123).

Uma outra solução para impor a subordinação da agricultura à indústria se daria pela capacidade dos grupos hegemônicos encontrarem as instituições necessárias para quebrar a unidade cultural da classe camponesa, que seria feito por meio de ações autoritárias (BOBBIO, 1993, p. 1048). O que também não pode ser utilizado como forma de análise da conjuntura brasileira pelos mesmos motivos apontados no parágrafo acima.

A solução para essa questão, até final do Estado Novo, foi tirar do foco da discussão política o latifúndio, e no lugar, expor a ideia da ocupação dos “espaços vazios” por meio da colonização. Essa foi uma saída condizente com o poder das classes produtoras, visto que

¹⁶ Segundo verbete Questão Agrária de Mauro Ambrosoli na obra Dicionário de Política (1993), organizada por Norberto Bobbio.

ainda mantinham um papel imprescindível para a economia nacional, na função de financiadora da instalação do setor industrial brasileiro.

Dessa forma, a Questão Agrária tem suas origens nas redes de alianças e coalizões políticas que repercutem na vida social, demonstrando a sólida rigidez das relações de classe, no qual o Estado Restrito estava subordinado (CAMARGO, 1986, p. 126-128). Ou seja, o campo perdeu sua supremacia, mas a estrutura política e econômica que o amparava, não foi totalmente suplantada. Situação típica para fases de transição.

Isso posto, a partir dos anos 1930, o campo tornou-se subordinado aos interesses da cidade. Sua produção agrícola passava a ser pensada para o abastecimento dos centros urbanos, como provimento para a força de trabalho que aumentava cada vez mais devido à intensificação da industrialização, e também para servir de matéria-prima nas fábricas. O campo serviria também de mercado consumidor para os produtos industrializados.

A configuração do meio rural era ainda, em boa parte do país, colonial, como o próprio Getúlio Vargas caracterizou¹⁷. A população estava concentrada no litoral, e o interior, antes chamado de sertões, era pouco povoado, e a população estava distribuída desigualmente no território havendo núcleos populacionais isolados. Dessa forma, o território nacional se caracterizava por “nódulos de população ganglionar” cercados por grandes extensões de “espaços vazios” (BESKOW, 2010, p. 20).

Juntava-se a essa densidade demográfica baixa, a péssima infraestrutura viária, que dificultava a comunicação entre as regiões brasileiras e o florescimento de um mercado interno forte e articulado. O estado dessa infraestrutura criava obstáculos ao acesso das fábricas às matérias-primas produzidas no campo, e o contrário, o acesso da população campesina aos produtos industrializados (SILVA, 1998, p. 115).

O isolamento dessas áreas dificultava também o acesso às novas técnicas e tecnologias, ao saber científico produzido nas cidades, com o agravante de boa parte de a população rural ser analfabeta (SILVA, 1998, p. 115).

As técnicas da Agricultura ainda eram, em sua maioria, atrasadas e anacrônicas em relação às exigências que uma economia capitalista impunha. Apresentava uma produtividade baixa e dispendiosa (ALVEAL, 2003, p. 50; BESKOW, 2010, p. 22; SILVA, 1998, p.115).

Mas não eram somente as técnicas que pareciam ter parado no tempo. As condições de vida, da maioria da população rural, eram muito precárias. Como as formas de habitação, a

¹⁷ Fonseca (1999) recorre a essa caracterização dada por Vargas para explicar a modernização do campo via “imperialismo interno”, ou seja, a expansão econômica por meio das propostas governamentais a áreas “coloniais” (FONSECA, 1999, p. 274-275).

falta de acesso à educação e à saúde, e também o padrão abusivo das relações de trabalho. O mundo do trabalho no meio rural ainda apresentava um grau de espoliação do proprietário sobre seus empregados comparáveis à escravidão. Esse quadro social do campo era propício para algo que na época estava se acentuando no Brasil, o êxodo rural. Diante de uma realidade de exploração intensa, somada aos meios de vida tão limitados, a população campesina via nas cidades, em especial nos grandes centros urbanos agitados industrialmente, oportunidades para melhorar de vida (BESKOW, 2010, p.19-22).

Impedir o êxodo rural era um ponto importante da pauta voltada para o campo, ou seja, criar condições para que os campesinos permanecessem no campo. Caso contrário, ocasionaria nas cidades um inchaço e, principalmente, uma interferência nos salários que seriam rebaixados pela grande oferta de mão de obra disponível. Com o agravante desta força de trabalho não ser especializada, pelo contrário, em sua grande maioria, analfabeta. Também provocaria o rebaixamento dos salários dos trabalhadores especializados. Ocorreria uma desvalorização geral dos salários, diminuindo o poder de compra. Enquanto os preços dos produtos primários tenderiam a aumentar, visto a diminuição da produção, por ter poucos produtores e pelo encarecimento da mão de obra que permaneceu no campo, que teria sofrido uma redução. O governo previa esse quadro que se formaria num curto espaço de tempo (BESKOW, 2010, p. 19; CAMARGO, 1986, p. 124; RIBEIRO, 2006, p. 26).

A configuração agrária brasileira é relacionada de forma direta com o padrão atrasado do campo no Brasil. De acordo com Aspásia Camargo (1986), a abundância de terras não favoreceu sua distribuição mais equitativa, e o universo dos proprietários compunha-se daqueles que, em número reduzido, controlavam extensões grandes demais para serem utilizadas produtivamente e de uma categoria numerosa que se utilizava de pequenos lotes insuficientes para assegurar a subsistência familiar e cuja dimensão não permitia a racionalização e mecanização da produção (CAMARGO, 1986, p. 124).

Segundo essa autora, o latifúndio impedia, além da distribuição uniforme da terra, a modernização do campo em outros âmbitos. Era um limite físico e político ao projeto de desenvolvimento econômico do país. Mesmo assim, medidas governamentais foram pensadas e efetuadas para o meio rural. Muitas dessas medidas coibidas, outras alteradas nos seus objetivos, mas que haviam sido previamente programadas de acordo com o novo papel da agricultura na economia brasileira, e como resultado da nova organização do Estado Restrito.

2.2 Agricultura e Indústria: uma relação de complementaridade

A criação de um novo modelo de Estado Restrito, a partir da reconfiguração de sua nova ossatura material, modernizando a burocracia estatal e dando novas atribuições para o Estado (em sentido estrito), se propôs a transformar o país seguindo um projeto de desenvolvimento econômico que fosse capaz de direcioná-lo no sentido contrário ao do atraso. Trazendo, assim, o progresso para a economia e a sociedade, mas mantendo a ordem por meio de um regime autoritário, como se caracterizou o Estado Novo.

A modernização econômica se faria pela mudança no padrão de acumulação. Segundo Sônia Mendonça (1986), que tem por base a análise de Francisco de Oliveira, na obra “A economia brasileira: crítica à Razão Dualista”, a partir de 1930, o Estado, em sentido estrito, agia para criar condições para expandir as atividades ligadas ao mercado interno, ou seja, agia para “introduzir um novo modo de acumular, qualitativa e quantitativamente distinto, que se baseasse numa realização interna crescente da produção” (MENDONÇA, 1986, p.25).

Para isso, o mercado interno, naquele momento, débil e desarticulado, precisava ser organizado de uma maneira que possibilitasse a integração entre as diversas produções nacionais, tanto as do setor industrial, como as do agrícola. Como exposto no capítulo anterior, esta era uma forma de romper com a dependência externa e, concomitantemente, preservando-se diante das eventuais crises no mercado mundial.

A partir dessa tomada de consciência do governo brasileiro, o desenvolvimento nacional passou a ser promovido em torno de uma independência econômica. Porém, o setor agroexportador ainda era o principal gerador de divisas para o país, ou seja, a promoção da mudança para uma acumulação interna dependia desse setor para o seu financiamento, por exemplo, para a compra de bens de capital e bens de produção.

A ação estatal precisava redefinir o papel da agricultura. De principal setor da pauta econômica, a produção agrícola, em especial a voltada para o mercado externo, passaria a dividir a atenção estatal com o setor industrial. O posicionamento durante o governo pós-1930 foi ambíguo em relação ao setor agroexportador. Como os investimentos industriais dependiam das divisas adquiridas pela agricultura de exportação, esta devia ser amparada, e por outro lado, era necessário desestimular esse setor para que os recursos também fossem canalizados para as indústrias (MENDONÇA, 1986, p. 26).

De acordo com Sônia Mendonça (1986), a partir da década de 1930, ocorreu, de forma paulatina, a transferência de recursos do setor agrícola para o setor industrial. Com a prática

de uma política econômica mais favorável às indústrias, com a “concessão de financiamentos a longo prazo e taxas de juros mais baixas – quando não negativas – do que aquelas estipuladas para o setor agrícola” (MENDONÇA, 1986, p. 27).

Apesar dos estímulos do governo estadonovista para a indústria, a política econômica não pode ser caracterizada somente como industrialista (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 250), ou seja, fundamentada em um projeto de industrialização. Isso aconteceu décadas mais tarde durante a industrialização pesada. As comparações entre as políticas para o setor industrial anterior a 1930 e as implementadas durante o período varguista podem dar a impressão do caráter industrialista da intervenção estatal varguista. É importante, todavia, relacioná-la à mudança estrutural da economia, ou seja, a da acumulação interna de capital.

Diante dessa conjuntura, a política de desenvolvimento do governo Vargas foi promovida a partir do modelo de complementaridade entre agricultura e indústria. A promoção do desenvolvimento industrial beneficiaria o campo, que adquiriria produtos industriais para a modernização da agricultura de forma mais simples e barata. A integração agricultura-indústria seria feita de forma ideal com a mecanização da agricultura e o beneficiamento de produtos agrícolas, agregando-lhes valor (BESKOW, 2010, p. 19).

Na *Revista Cultura Política*¹⁸, na publicação de maio de 1943, Rômulo de Almeida¹⁹ escreveu o artigo *A Mobilização econômica e o planejamento da expansão do país*, explicando o sistema econômico solidário entre indústria e agricultura, que é citado na tese de doutorado de Gabriela Beskow (2010). Esse sistema se caracterizaria da seguinte forma:

I) as zonas agrárias apresentam bons produtos agropecuários para exportação e abastecimento próprio; II) as zonas agrícolas vendam produtos beneficiados ou já industrializados primariamente, como, por exemplo, as conservas alimentícias; III) as zonas possuam fábricas de artigos de maior consumo local ou regional, principalmente aproveitando matérias-primas

¹⁸ Revista Cultura Política era uma das formas de difusão da ideologia do Estado Novo. Circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Seus colaboradores eram bem remunerados, recebendo normalmente o dobro do que pagavam as demais publicações. Conforme explicitava seu próprio subtítulo, Cultura Política era uma "revista de estudos brasileiros", destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

¹⁹ Rômulo Barreto de Almeida (1914-1988) nasceu em Salvador (BA). Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Dedicando-se à economia, em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponibilizado em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/romulo_de_almeida. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

locais, como as de tecidos grossos, de artefatos de couro e de madeiras, as de papéis inferiores, etc. Com essas três conquistas, as zonas agrícolas terão aumentado o seu padrão de vida, as suas rendas e o seu poder aquisitivo, além de ter economizado transporte, quer na remessa quer no recebimento de produtos e mercadorias, e assim, não havendo prejudicado a grande indústria, mas, ao contrário, terão aberto a ela mais amplos mercados; IV) a grande indústria, dispondo de mais largos mercados e maiores recursos de transportes, produzam em qualidade e preço que não imponham a extenuação do poder aquisitivo das comunidades agrícolas, como hoje, sob a proteção das alfândegas (ALMEIDA, 1943, p. 65 apud BESKOW, 2010, p. 19).

A complementaridade entre uma Agricultura poderosa e dominante e uma Indústria incipiente que ainda busca consolidar-se seria promovida pelo Estado Restrito, ao qual controlaria e direcionaria os recursos da nação para o aumento da produtividade em ambos os setores (CAMARGO, 1986, p. 136), tornando o mercado interno sólido, alcançando assim, os objetivos do projeto de desenvolvimento almejado pelo Estado Novo.

2.3 Incorporação Econômica do Campo no Projeto de Desenvolvimento Nacional

A aplicação de uma política de complementaridade entre agricultura e indústria pressupunha uma modernização do campo no sentido de atender às novas necessidades da economia brasileira. O campo assumia uma posição de subordinação, passando a ser dirigido pelo Estado Restrito no processo de mudança econômica estrutural (SILVA, 1998, p. 4).

A consolidação do capitalismo no Brasil demandava o nascimento de uma nova agricultura, aprimorada às novas tecnologias. Para a transformação da agricultura defasada praticada no país, bem como da sua instrumentalização para a industrialização, o Ministério da Agricultura foi reordenado, passando por uma reforma em 1939 sob as bases de racionalidade administrativa. O Estado Restrito organizou esse ministério para que a produção nacional passasse a ser desenvolvida sob critérios de qualificação técnica (BESKOW, 2010, p. 21 e 22), com a finalidade de incrementar e aperfeiçoar a

produção exportável, como também o aumento da produtividade e a diversificação produtiva dos setores voltados para o mercado interno. Dado que a primeira finalidade atendia à elite agrária paulista e a segunda, à elite representada pela Sociedade Nacional de Agricultura, observa-se, assim, a gerência de conflitos intraclasses dominantes²⁰ que vêm sendo negociados e de certa forma atendidos (ALVEAL, 2003, p. 50).

²⁰ Dentro da classe agrária não havia consenso. Dividia-se em fração hegemônica, constituída essencialmente pelos cafeicultores paulistas, diretamente ligada ao mercado internacional, e em frações não hegemônicas da

A reestruturação do Ministério da Agricultura originou o Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica (CNEPA), com a finalidade de desenvolver e articular os trabalhos em pesquisa e experimentação agrícolas. Desmembrado em diversos objetivos menores que estavam dispersos em outros órgãos, e a criação do CNEPA centralizou-os em um só órgão:

a) ministrar o ensino agrícola; b) orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas que visassem a individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola; c) aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando no sentido positivo, o meio físico: clima e solo, criando, mediante seleção e cruzamento, o tipo das diferentes plantas cultivadas, particularmente adaptáveis às diferentes regiões; d) coordenar todos os fatores da produção agrícola, com o fim de adaptar a agricultura ao ambiente, modificando e melhorando as colheitas (ALVEAL, 2003, p. 49).

Para realizar os objetivos citados acima novas estações experimentais e campos de sementes foram criados. Como também diversos órgãos subordinados ao CNEPA, como o Instituto de Experimentação Agrícola, o Instituto de Ecologia Agrícola, o Instituto de Química Agrícola, o Laboratório Central de Enologia, a Escola Nacional de Agronomia e o Instituto Nacional de Óleos²¹. Órgãos que mostram claramente a articulação entre agricultura e indústria (ALVEAL, 2003, p. 50).

Essa nova arquitetura institucional almejava expandir a “área de pesquisa experimental e a formação de recursos humanos e quadros técnicos agrícolas” (ALVEAL, 2003, p. 60), pois a presença do agrônomo era primordial. O saber científico passava a ser valorizado para uma ação política racional. Assim, “o papel do agrônomo foi enfatizado, com atribuição de importância à formação técnica e científica para a ocupação de cargos²²”, pois poderia oferecer eficiência, racionalidade e progresso (BESKOW, 2010, p. 32).

O Estado Restrito não se satisfaz com as providências para a lavoura. Beskow (2010), concordando com Maria Yedda Leite Linhares & Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999), afirma que se tornava imperativo a criação de controles administrativos que priorizassem:

- O investimento em infraestrutura viária, como forma de dinamizar o mercado interno, melhorando rodovias, ferrovias e reaparelhando os portos;

classe dominante agrária, vinculadas à produção de gêneros com menor possibilidade de colocação no mercado mundial.

²¹ Órgãos catalogados no artigo *Estado, Políticas Agrícolas e Representação de classes na Era Vargas: o Ministério da Agricultura* (ALVEAL, 2003, p. 50).

²² “As gestões Fernando Costa e Apolônio Sales, dois ‘ministros-agrônomo’, reforçam esta perspectiva” (BESKOW, 2010, p. 32 e 33).

- A estruturação de um denominador comum de todas as categorias em uma política salarial comum, evitando que o mercado livre provocasse seja um aumento dos salários das categorias especializadas, seja uma super oferta de trabalho que deprimisse salários abaixo das possibilidades da incorporação produtiva do trabalhador, perturbando os novos mecanismos de regulação econômica;
- O incentivo à mobilidade da fronteira econômica, promovendo a incorporação dos “espaços vazios” do país ao processo produtivo, ocupando os sertões e as regiões de fronteira (Brasil Central, as fronteiras da bacia do Paraná-Paraguai e a orla amazônica);
- E a reunião dos núcleos demográficos isolados, com o objetivo de povoar racionalmente o país, o que aconteceria com o estabelecimento de uma boa rede viária, ligando os nódulos de população ganglionar, assumindo, assim, a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo²³, que teve grande importância discursiva na tática governamental (BESKOW, 2010, 19 e 20).

Essas prioridades para o controle administrativo reforçam o fato de que a formação de um forte mercado interno era o ponto-chave da política econômica nacional durante o Estado Novo. O abastecimento das cidades estaria garantido, a circulação de mercadorias seria intensificada, movimentando a economia nacional.

Além do atraso no processo produtivo, o campo apresentava problemas em outros âmbitos como foi explicado no início deste capítulo: precárias condições de moradia, a falta de acesso à educação e à saúde, exploração nas relações de trabalho. A interiorização do desenvolvimento implicava a resolução desses problemas para o avanço do campo.

As medidas tomadas pelo Estado Restrito para essas questões foram explicadas por Silva (1998) a partir da concepção gramsciana das transformações sociais, e nesse caso, do fordismo que

procura incessantemente reorganizar o seu **meio ambiente** e não só o espaço da fábrica. Assim, vida familiar, diversão, economia doméstica, percepções de mundo e todo o cotidiano do trabalhador é englobado no novo projeto de

²³ Seria a marcha para o sertão, consolidada no programa estatal Marcha para o Oeste, ou seja, do sentido das cidades (litoral) para o campo (sertão). O Bandeirantismo parte do entendimento que a história brasileira é decorrente dos processos das bandeiras. As teorias de vários intelectuais foram utilizadas na elaboração desta ideologia, como Cassiano Ricardo, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (SECRETO, 2007, p. 18-21).

normatização do trabalho, que precisa de um ambiente fordizado para o seu sucesso no interior da fábrica (grifos do autor) (SILVA, 1998, p. 114).

O fordismo, mesmo sendo criado para as fábricas, foi ampliado para o campo como forma de “colonizar” os trabalhadores rurais nos princípios da eficácia e da modernidade (SILVA, 1998, p. 114). O trabalhador rural também deveria ser moldado para atingir os objetivos estatais.

Durante o Estado Novo, foram elaboradas e implantadas políticas pontuais, que não envolviam somente a produção agrícola. As medidas governamentais também eram para as áreas da saúde e da educação, que podem ser consideradas parte da instauração do fordismo no campo. O trabalhador rural, tendo uma saúde forte e uma educação técnica e voltada para o melhoramento do meio rural, seria capaz de produzir muito mais e melhor.

Essas políticas seriam promovidas por meio da ação conjunta de diversos órgãos, o Ministério da Educação e Saúde Pública (BESKOW, 2010, p. 74) e o Ministério da Agricultura, por exemplo. Esse último tinha um papel estratégico para o meio rural, já que lhe foi atribuído o exame de todos os problemas econômicos e sociais do campo.

Em 1941 foram criados os Serviços Nacionais, com uma atuação mais centralizada dos órgãos federais de saúde nos estados. As ações foram focadas nas seguintes doenças e problemas: peste, tuberculose, febre amarela, câncer, lepra, malária, doenças mentais, educação sanitária, fiscalização da medicina, saúde dos portos, Serviço Federal de Bioestatística e Serviço Federal de Águas e Esgotos (BESKOW, 2010, p. 75). Para o campo, a preocupação era com as doenças infectocontagiosas, por isso a constituição dos Serviços Nacionais foi voltada às principais endemias rurais.

No ano seguinte foi organizado o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, dirigido ao campo. Foi financiado por fontes nacionais e internacionais, no contexto dos acordos Brasil-EUA, em decorrência da guerra.

Segundo Beskow (2010), apesar das acusações do órgão atuar de forma

elitista, imperialista e belicista, esta atuação esteve bastante integrada com as diretrizes estratégicas propostas pelo governo, tanto no que diz respeito às políticas sanitárias quanto ao alargamento e interiorização das ações federais (BESKOW, 2010, p. 75).

A educação, como meio transformador do homem, foi elaborada para o campo para inspirar o amor à terra e para formar crianças e adultos capazes de trabalhar nela. Beskow cita Adonia Antunes Prado (1995) para analisar a educação agrícola, defensor de que o ruralismo

pedagógico consistia “na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas” (PRADO, 1995, p. 6 apud BESKOW, 2010, p. 77), ou seja, para a permanência do homem rural no campo, com controle do êxodo rural, o estímulo ao retorno aos campos, e a qualificação do homem rural para o trabalho, por isso a ênfase na educação profissional.

Mendonça (2007) pontua que as políticas para o ensino rural não foram uma inovação da era Vargas, pois significaram uma continuidade de práticas e diretrizes executadas na Primeira República (MENDONÇA, 2007, p. 55). A crise da agricultura ocasionada pela abolição da escravatura, que gerou problemas sobre a transformação do trabalho no Brasil, elaborou soluções empenhadas “na utilização do “*trabalhador nacional*”, ator a ser construído, mediante, intervenção estatal, via Educação” (grifos da autora) (MENDONÇA, 2007, p. 57). Por isso a necessidade de empreender práticas educacionais que qualificassem a mão de obra, atendendo assim, às exigências das classes produtoras.

A educação rural foi ordenada a partir dos Aprendizados e dos Clubes Agrícolas. Os primeiros possuíam três cursos: Ensino Agrícola Básico, Ensino Rural e Curso de Adaptação. Era enfatizado o ensino prático, por isso as particularidades da região eram importantes, com suas características geográficas, culturais e econômicas específicas.

Já os Clubes Agrícolas, subordinados ao Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, foram concebidos para “a dignificação do trabalho manual, a valorização do trabalho agrícola, o incentivo à policultura e à criação de hábitos de economia, além de buscar fortalecer a organização de cooperativas para a venda da produção dos sócios” (BESKOW, 2010, p. 80). A criação de Clubes Agrícolas se intensificou após campanha do Ministério da Agricultura com essa finalidade, e após retorno de alguns técnicos, todos agrônomos, dos Estados Unidos. Isso foi resultado da assinatura da Pasta da Produção, um dos primeiros tratados assinados com este país, em cooperação devido à conjuntura de guerra (MENDONÇA, 2007, p. 66).

A eficiência dessas políticas girava em torno dos problemas na formação de professores que fossem preparados para as condições do campo e também da pouca atração que a profissão de professor rural possuía, pelas grandes distâncias e pela falta de vias de comunicação que isolavam regiões (BESKOW, 2010, p.81).

2.4 Política de Colonização

A implantação de uma política de colonização durante o Estado Novo não foi decorrente de uma proposta elaborada somente no Governo Vargas. Segundo Camargo (1986), a proposta é uma herança tenentista²⁴, ainda do período do Clube 3 de Outubro²⁵, que tinha como programa geral o “propósito de expandir e reorganizar o Estado de maneira a cumprir necessidades públicas emergentes e adequar-se o poder central às novas tendências do campo internacional” (CAMARGO, 1986, p. 134).

O programa apresentava a necessidade de profundas reformas no país em diversos âmbitos e também reclamava o reordenamento das relações de classe. Para a questão agrária, o programa expunha como resolução “reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio especialmente nas faixas de territórios próximos ao litoral e às vias de comunicação” (CAMARGO, 1986, p. 134). Para os tenentistas, a monocultura exportadora e o baixo aproveitamento da terra eram a origem dos males da sociedade brasileira, que eram provocados pela predominância do latifúndio na configuração agrária no país.

As propostas tenentistas se fundamentavam numa ação estatal nas terras improdutivas dos latifúndios, que seriam desapropriadas, e levadas a um cultivo compulsório, transformando-se em núcleos coloniais para localização de famílias de agricultores (Clube 3 de Outubro, 1932, p. 47 apud CAMARGO, 1986, p. 134). A intenção era que com a

limitação dos latifúndios, houvesse um estímulo à formação e à manutenção da *pequena propriedade rural*, [...] mediante a transferência direta de lotes de terras cultiváveis para o trabalhador agrícola, de preferência o nacional, auxiliando-o a formar, em *terra própria*, a concretização de seu modesto patrimônio como elemento básico de sua propriedade e de seu bem-estar (grifos da autora) (CAMARGO, 1986, p. 134).

O Estado Restrito teria um papel estratégico na redistribuição de terras, ou seja, na reorganização da estrutura agrária. Deveria estimular a utilização social de terras devolutas

²⁴ Tenentismo – “Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da República Velha, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930”. Maria Cecília Spina Forjaz. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro DHBB-CPDOC.

²⁵ Clube 3 de Outubro: “Organização política fundada em fevereiro de 1931 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por alguns representantes do chamado pensamento tenentista. Depois de funcionar como principal porta-voz do movimento tenentista, foi extinta por decisão de seus membros em 15 de abril de 1935”. Carlos Eduardo Leal. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro DHBB-CPDOC.

que tivessem sido “ilegalmente ocupadas e usufruídas por terceiros, a fim de que, depois de revertidas ao *patrimônio coletivo* pudesse ser utilizadas na localização de núcleos coloniais cooperativos”. Caberia também preparar racionalmente o aproveitamento das terras localizadas em regiões sujeitas a crises climáticas, de modo a fixar o homem ao seu habitat, em alusão direta às secas que periodicamente, assolavam o Nordeste (grifos do autor) (CAMARGO, 1986, p. 135).

Esse projeto reformista dos tenentistas foi elaborado sem a comunicação com a classe mais interessada e que seria a mais favorecida, caso o projeto fosse implantado, os trabalhadores rurais. Segundo as análises de Camargo (1986), os escritos tenentistas apresentam um caráter bem progressista que ganharam força no processo revolucionário de 1930 contra a oligarquia hegemônica, ligada a produção e exportação do café. Mas os opositores dessa oligarquia não se constituíam somente dos tenentes. A Revolução de 1930 também foi resultado de uma reação oligárquica que no decorrer da reorganização do Estado Restrito, principalmente na Assembleia Constituinte de 1933/34, se articulou para alijar das decisões políticas as propostas reformistas.

Em 1930, Vargas apresentava em seus discursos a necessidade de reformulação da estrutura agrária, pelo combate ao latifúndio. Mas quando esteve no comando do Executivo Federal, a postura de Vargas foi mais cautelosa. Durante o Estado Novo promulgou o Decreto-lei nº 6.569 de 1944 que determinava a apresentação, por parte dos fazendeiros, de seus títulos de propriedade de terra. Foi o mais próximo que chegou de uma reestruturação fundiária, pois o anteprojeto de lei, de conteúdo progressista, publicado em 1940, que “propunha a retomada pela Fazenda Nacional, através de ações judiciais, de todas as terras apossadas irregularmente desde 1888” (RIBEIRO, 2006, p. 49, 51 e 52), foi rejeitado pela Sociedade Rural Brasileira²⁶. O projeto acabou sendo arquivado nos gabinetes do Ministério da Justiça.

Esse fato deixa evidente o compromisso do Estado Restrito com as classes produtoras que não foram alijadas do poder. Mesmo no período ditatorial suas representações de classe ainda tinham influência. Dessa forma, os planos de governo foram limitados politicamente sob pena de desestabilizar o poder.

²⁶ Sociedade Rural Brasileira (SRB) é a versão paulista da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que foi criada em 1887 para representar a classe agrícola fluminense, nordestina e sulista brasileira, que teve grande importância na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que significou a institucionalização dos interesses das frações não hegemônicas da classe dominante agrária. Enquanto os paulistas, fração hegemônica da classe dominante, estavam representados institucionalmente pelo Ministério da Fazenda. A criação da Sociedade Rural Brasileira foi a resposta paulista ao crescimento político da Sociedade Nacional de Agricultura (ALVEAL, 2003, p. 46; MENDONÇA, 1995, p. 17).

O Estado Novo foi uma resolução para que forças radicais não chegassem ao poder, diante de uma crise de hegemonia, e desestruturassem o próprio processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Por isso houve uma “solidez das alianças que se teceram, já na etapa de formação do Estado Nacional, entre as diferentes frações das elites agrárias e o poder central” (CAMARGO, 1986, p. 130). Isso era resultado da dependência estatal das divisas geradas pela agricultura como fonte de financiamento da estruturação do mercado interno e da indústria.

O não rompimento do pacto com as classes produtoras indica o teor de conservadorismo no período varguista, apesar de toda a conjuntura de modernização do país. No período iniciado em 1930, que vai até 1960, havia a simultaneidade e especificidade dos processos de constituição das bases materiais do capitalismo, da formação e expressão de suas classes fundamentais e da construção do Estado capitalista e burguês. Momento de transição para novas formas sociais e políticas, mas como particularidade do Brasil, as formas pretéritas não foram destruídas (DRAIBE, 1985, p. 15).

Os setores agrários ainda tinham papel fundamental devido ao provimento de recursos, em especial, dos setores agroexportadores. Esse poder econômico servia de barganha para a permanência do monopólio fundiário dos produtores rurais, bem como o seu controle sobre a população rural.

Por isso, o discurso de combate ao latifúndio foi substituído pelo de “incentivo à ocupação de áreas “vazias” através de projetos de colonização” (BESKOW, 2010, p. 82). Justificados pela enorme quantidade de terras livres e pelas diversas fontes de riqueza como incentivo para a promoção e exploração do interior do país. Na verdade, “o encaminhamento de medidas mais concretas dependeu, em última instância, das coalizões políticas e das alianças de classe que respaldavam a presidência” (CAMARGO, 1986, p. 126).

O objetivo dos projetos de colonização era transferir “grandes massas demográficas para o interior, o que, além da ocupação dessas regiões, promoveria um “desafogamento” dos centros urbanos litorâneos” (BESKOW, 2010, p. 82). Dentro desse conceito de massas demográficas estavam, essencialmente, os “desajustados” economicamente. Os desempregados, os migrantes da seca, ou seja, os reconhecidamente pobres.

A colonização foi organizada em diferentes modalidades:

1) colônias localizadas nas faixas de fronteira, consideradas estratégicas na defesa do território nacional;

2) núcleos coloniais agroindustriais (Decreto nº 4.504 de 22 de julho de 1942). Essa modalidade entregava um aviário industrial e um pomar com instalações técnicas completas;

3) colônias agrícolas nacionais- regulada pelo Decreto-lei nº 3.069 de 14 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a criação de colônias agrícolas nacionais promovidas pelo Ministério da Agricultura (BESKOW, 2010, p. 83 e 84).

Os objetivos dos núcleos coloniais também envolviam o abastecimento de centros urbanos. Mas principalmente, atendiam ao interesse estatal em não provocar tensões com os grandes produtores.

Gabriela Beskow (2010) apresenta o parecer de Caio Prado Júnior, contemporâneo da política de colonização estadonovista, que criticou a implantação de núcleos e colônias em locais distantes, nos chamados “vazios” demográficos. A falta de infraestrutura dificultava muito a implantação concreta dessa política pública, e apontou como proposta “a redistribuição de terras já exploradas, com o retalhamento das grandes propriedades e fazendas, que seriam adquiridas pelo governo e vendidas a condições acessíveis aos trabalhadores rurais” (BESKOW, 2010, p. 84), ou seja, uma reforma agrária.

No caso das colônias das regiões de fronteira e das colônias agrícolas em “espaços vazios”, a ocupação cumpriria também um papel de defesa do território nacional. Uma garantia mais sólida da posse das terras. Essa preocupação estatal era condizente com o contexto bélico, caracterizado por invasões militares. Pois o Brasil com um imenso território desabitado poderia tornar-se interessante militarmente, como também para uma ocupação estrangeira de sentido permanente.

2.4.1 Colônias Agrícolas

As colônias agrícolas nacionais foram uma das modalidades dos projetos de colonização do Estado Novo. Elaboradas para serem instaladas em “espaços vazios” do território brasileiro, tinham como objetivos: a) ampliar o número de proprietários, que seriam um setor dependente do poder central nas zonas rurais; b) expandir a produção para incrementar o mercado interno; c) e por último, desafogar as cidades de elementos não capacitados para trabalhar nas novas indústrias (RIBEIRO, 2006, p. 62). As colônias eram promovidas pelo governo federal em colaboração com os governos estaduais e municipais das cinco regiões do Brasil.

Lyz Duarte (2002) em sua pesquisa abordou a criação de oito colônias agrícolas em todo país, nos anos 1940, que foram inventariadas por Ivany Câmara Neiva na dissertação de mestrado intitulada “Outro lado da Colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás”. Sete dessas colônias agrícolas foram criadas no período de

interesse da pesquisa. São elas: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941); Colônia Agrícola do Amazonas (1941); Colônia Agrícola de Monte Alegre, no Pará (1942); Colônia Agrícola de Barra do Corda, no Maranhão (1942); Colônia Agrícola de General Osório, no Paraná (1943); Colônia Agrícola de Dourados, no território de Ponta Porã, hoje Mato Grosso do Sul (1943); e Colônia Agrícola de Oeiras, no Piauí (1944). Soma-se a essas, a Colônia Agrícola da Baixada Fluminense, nas imediações da localidade de Santa Cruz²⁷.

Todas essas colônias agrícolas foram organizadas a partir do decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que previa a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, bem como regulamentava a implantação e o funcionamento das colônias.

A escolha do local para a instalação da Colônia Agrícola não era aleatória. O local era previamente estudado para se averiguar as condições agrológicas para as culturas agrícolas regionais, além do estudo dos cursos d'água e das possibilidades de açudagem para irrigação. O estudo dos cursos d'água também servia para a averiguação da existência de quedas d'água, e se seriam capazes de produzir energia elétrica (SCHWARTZMAN, 1983, p. 351).

A dimensão da área das colônias era grande, pois seria ocupada por muitas famílias, separadas em pequenos lotes, em média com 25 hectares (que poderia variar pelo local do projeto). Segundo Camargo (1986), nas colônias agrícolas da Baixada Fluminense e de Mato Grosso (Dourados), os núcleos estabeleciam 2.000 a 4.000 famílias (CAMARGO, 1986, p. 142). Do total da área era previsto algo em torno de 25% para uma reserva florestal. Era previsto também a construção de uma escola e o estabelecimento de um sistema de cooperativas (SILVA, 1998, p. 7).

Sobre a opção dos lugares para implementar esses projetos, Duarte (2002) se fundamenta nos argumentos de Eliane Dayrell que considera que

influiu na escolha dos locais de instalação, a situação geográfica, tendências de fluxos migratórios, possibilidades de incremento da produção global do país, condições históricas e econômicas das regiões onde os projetos seriam implantados e as tendências de expansão do mercado interno (DUARTE, 2002, p. 8).

Ou seja, não bastava a localidade estar livre de tensões fundiárias e ser considerada um “espaço vazio”, deveria ainda atender aos requisitos estatais baseados na modernidade e eficiência da produção e estar integrado ao mercado regional. Não é a toa que as colônias agrícolas tinham como um dos seus objetivos promover o abastecimento de centros urbanos.

²⁷ A Colônia Agrícola localizada na Baixada Fluminense foi citada por Camargo (1986, p. 142), e não constava na catalogação de Ivany Câmara Neiva.

Mesmo com uma escolha criteriosa para a instalação das colônias agrícolas, durante o processo de estabelecimento do projeto “houve a proliferação de supostos donos de terras” (DEZEMONE, 2007, p. 180) que alongava os trâmites de instalação, pois a reivindicação de um suposto dono levava ao início de um outro processo, o da verificação da posse da terra, e se comprovada, iniciava o processo de indenização do proprietário.

De acordo com o projeto, o destino das terras era a fixação e instalação de cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que se sobressaíssem por aptidão para os trabalhos agrícolas e, só excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. O objetivo final era que os colonos se tornassem proprietários rurais (SCHWARTZMAN, c1983, p. 351). Segundo Ribeiro (2006), a seleção de pessoas pobres partia da ideia de que elas não teriam melhores oportunidades do que irem para as colônias agrícolas. E por essa condição não teriam preocupações de ordem autonomista, se incorporando sem dificuldades ao modelo empreendido pelo Estado (RIBEIRO, 2006, p. 63).

Assim, as decisões sobre o processo produtivo já estariam estabelecidas pelo governo, restando aos colonos a obediência às regras. A falta de melhores oportunidades dos colonos faria com que se submetessem às exigências. A existência de um programa de realizações que deveria ser cumprido acabara por diluir qualquer manifestação contrária por parte dos colonos.

Assim que inaugurada a colônia agrícola, era entregue um lote com uma casa para domínio útil do colono, que também receberia sementes e instrumentos agrários para o início da lavoura.

Na colônia agrícola seria implantado um Aprendizado devidamente aparelhado para a formação do trabalhador rural nos moldes do governo estadonovista. Dessa forma a instrução rural seria dada às crianças desde cedo. Assim como os adultos também se beneficiariam com a instalação de cursos de alfabetização abrangendo todas as faixas etárias.

A população das colônias agrícolas não estaria sujeita ao pagamento de impostos de qualquer natureza que incidissem sobre a sua produção, sobre a circulação desta ou sobre o valor da terra, enquanto a colônia não fosse emancipada. A emancipação só seria declarada quando todos os colonos adquirissem os respectivos títulos definitivos de propriedade dos seus lotes (SCHWARTZMAN, 1983, p. 351).

Para o colono receber o título de propriedade era necessário o cultivo do lote que lhe fora outorgado em concessão nas condições fixadas no referido decreto-lei. Condições essas que se resumiam a capacidade de trabalho do colono. O preço do lote de terra era a perseverança no trabalho da lavoura, fazendo a produção agrícola crescer. Mas caso chegasse

ao fim o prazo que lhe fora designado, para que a sua exploração agrícola satisfizesse as exigências regularmente estabelecidas, obteria independentemente de qualquer pagamento o título de propriedade plena (SCHWARTZMAN, 1983, p. 351).

As colônias agrícolas eram subordinadas à Divisão de Terras e Colonização, que por sua vez era subordinada ao Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV)²⁸, órgão do Ministério da Agricultura. Esse fluxo organizativo da política de colonização sugere que o estabelecimento de uma colônia tinha como fundamento a produção agrícola. Por isso, o fato do Departamento Nacional de Produção Vegetal ter como campo de atuação esses projetos, para o auxílio no processo produtivo, implementando novas técnicas agrícolas baseadas no conhecimento científico. Assim, sob a tutela do Estado Restrito os pequenos proprietários desenvolveriam nas colônias uma produção agrícola fortemente tecnificada, dentro dos critérios de modernização do governo (RIBEIRO, 2006, p. 62).

A preparação de uma agricultura tecnificada pressupunha um reordenamento para o trabalho. Isso seria exigido tanto para os que já eram agricultores como para os que eram principiantes. Nesse momento a figura do agrônomo era crucial, porque partia dele as decisões sobre o plantio, colheita, enfim, os temas relativos à produção. Dessa forma, se consolidava a ideia da superioridade do saber técnico ante a experiência geracional dos agricultores.

O desenvolvimento positivo da colônia era pela participação equitativa de todos os colonos, que teriam iguais favores e vantagens. Foi estabelecido assim o sistema de cooperativa. Para evitar especulações entre os colonos, os preços dos produtos de consumo interno teriam preços uniformes, independentemente se a procedência era interna ou externa à colônia agrícola (SCHWARTZMAN, 1983, p.352).

Vários estudiosos afirmam que os efeitos das colônias foram muito limitados, como Beskow (2010), Camargo (1986) e Ribeiro (2006). Beskow sustenta sua afirmação com as conclusões de Alcir Lenharo na obra *Colonização e Trabalho no Brasil*, no qual as colônias tiveram enormes dificuldades materiais para o seu preparo e para instalação dos trabalhadores. Afirmação que se coaduna com a de Ribeiro (2006), que aponta os escassos recursos da Divisão de Terras e Colonização como responsável pelo insucesso das colônias agrícolas. O

²⁸ O Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) foi criado em 1931 quando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio dividiu-se em Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em Ministério da Agricultura. Este se organizou institucionalmente criando três departamentos especializados: o já mencionado DNPV, o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DPVM) (ALVEAL, 2003, p. 48).

que sugere que a prioridade do governo estadonovista não estava nesse projeto, apesar de todo esforço de implantação.

Neste capítulo abordamos a política de colonização consubstanciada nas colônias agrícolas, que tiveram abrangência nacional. Apresentamos as características gerais dessa modalidade de colonização. No próximo capítulo apresentaremos a criação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda, que concretizou a política de colonização no Maranhão.

3. OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO PARA O MARANHÃO

3.1 Introdução

A consolidação do capitalismo no Brasil não abrangeria de forma igual todo território nacional por se encontrar o país desigualmente povoado. Em oposição ao litoral repleto de pessoas havia no interior os grandes espaços “vazios” em torno de “nódulos” de população isolada. Junto a essa realidade de isolamento dos núcleos populacionais havia uma presença estatal caracteristicamente débil e patrimonialista que em muitas regiões significava somente arrecadação tributária.

Em meio a conjuntura de transição para o capitalismo, o Maranhão se constituía em um Estado pouco povoado, com uma infraestrutura viária extremamente precária (Figura 1), que isolava os pequenos núcleos urbanos. Havia poucas estradas, e o sistema hidroviário, representado pelos rios, correspondia às vias de comunicação do interior do Maranhão com a capital São Luís, o que explica a localização de muitas cidades às margens dos rios (TROVÃO, 2008, p. 10-11).

Esse quadro de isolamento e de péssima rede viária restringia a economia estadual. O mercado maranhense, assim como o nacional, era precário. A economia baseava-se nas divisas do comércio exportador²⁹, que nas décadas de 1930 e 1940, tinha como principal produto o algodão. A lavoura algodoeira era o termômetro do êxito econômico maranhense (TRIBUZI, 1981, p. 25-27).

Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a economia maranhense lucrou com as circunstâncias favoráveis para tal produto. A balança comercial apresentou saldos positivos. Mas essa conjuntura era excepcional. De modo geral, a economia maranhense apresentava níveis insatisfatórios desde a abolição da escravatura, sempre a espera de uma ocasião externa propícia para reanimá-la. Ademais, a produtividade da lavoura maranhense, como um todo, exibia sinais de desgaste (TRIBUZI, 1981, p. 26-27).

De acordo com Tribuzi (1981), a agricultura maranhense configurava-se numa decrescente produtividade dos solos, por estar numa restrita área de produção, pela deficiência da infraestrutura de transporte e pelo nível da tecnologia produtiva utilizada, ou seja, o sistema de transporte fluvial dificultava a ocupação de terras virgens, na medida em que o sistema primitivo de derrubada e queima reduzia a fertilidade das terras vizinhas aos rios, e

²⁹ Além do algodão, o arroz e a amêndoa do babaçu também eram exportados nas décadas de 1930 e 1940 (TRIBUZI, 1981, p. 25-28).

obrigava a penetração a distâncias cada vez maiores que oneravam e dificultavam o transporte (TRIBUZI, 1981, p. 19 e 27).

Claro que esse contexto exprime uma datação dos meios de transportes, ainda muito deficientes em relação ao transporte terrestre. Com exceção das ferrovias, que em compensação exigiam um alto investimento.

Além do sistema de transportes, o território maranhense caracterizava-se por ser desarticulado, uma vez que o processo de ocupação se constituiu em duas frentes independentes, responsáveis pela formação econômica diferente do Maranhão.

TROVÃO (2008) reconhece que o processo de ocupação do Maranhão constituiu-se a partir de duas frentes: a litorânea que iniciou no século XVII, em que os portugueses e seus descendentes, do litoral, espalharam-se timidamente no sentido oeste e leste, e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhenses (rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim). Desenvolvendo como principal atividade econômica uma agricultura para exportação. A corrente de ocupação pastoril iniciou no século XVIII, momento em que criadores de gado foram se afastando das áreas açucareiras e saíram em busca de terras para servir de pasto. Percorreram o interior da Bahia e do Piauí até chegar ao sudeste do Maranhão, onde se estabeleceram pelas terras apresentarem características propícias para a atividade pastoril³⁰.

Por essa formação histórica, ao norte predominava a monocultura de exportação, ao centro-sul, as fazendas de gado. E a oeste, a orla da Floresta Amazônica, que na leitura governamental significava espaço “vazio”, independente da presença de nações indígenas.

Nacionalmente, o Maranhão era considerado um vazio demográfico. Segundo dados do IBGE (1981), no Censo de 1940, o Maranhão possuía 1.235.169 habitantes em toda sua extensão, o que corresponde a 3,81 hab/km². Essa densidade demográfica baixa era agravada pela distribuição desigual da população maranhense que se concentrava no norte onde o povoamento era mais antigo e havia sido mais intenso.

³⁰ Trovão (2008) ainda aborda uma terceira frente, responsável pela ocupação do que seria o interstício entre as duas frentes explicadas acima, que foi capitaneada pelos migrantes nordestinos a partir do início do século XX, e que baseava a economia na agricultura de excedente.

Em termos econômicos a nível nacional, a participação maranhense no comércio exterior era cada vez mais diminuta³¹. Com uma colaboração de 12,5% em meados do século XIX, o Maranhão iniciava a década de 1940 somente com 4% de participação no comércio exterior brasileiro (ver tabela 1), tornando-se cada vez mais inexpressivo economicamente.

Tabela Comércio Exterior – 1821-1940
Valor (mil réis)

ANO	BRASIL (média anual)	MARANHÃO	M/B %
1821-1830(m)	24.322.630	(m)3.080.605 (1818-1822)	12,5
1851-1860	90.054.300	(m) 7.247.000 (1863-1864)	8,6
1881-1890	241.100.600	(m)12.658.914 (1871-1874)	6,3
1921-1930	327.971.440	18.255.228 (1921)	5,9
1931-1940	419.786.560	17.137.261 (1935)	4,0

Fonte: TRIBUZI, 1981, p.31.

Em vista deste fato não se pode desconsiderar o desenvolvimento cafeeiro no Centro-Sul brasileiro desde o século XIX, que se configurou como tendência na concentração espacial do desenvolvimento econômico. A partir da Revolução de 1930

a região Centro-Sul passou a constituir a ponta de lança da indústria e da agricultura mais desenvolvida, passando, à medida que o mercado nacional se unificava, a debilitar essas atividades nas outras regiões do país - Nordeste, extremo Sul e Norte. Exemplo disso é a destruição do artesanato das zonas rurais, através da penetração nas demais regiões de produtos fabris do Centro-Sul (LOPES, 1968, 1a. Parte apud PATARRA, 2003, p. 17).

A incipiente burguesia industrial, proveniente dos quadros mais progressistas da burguesia cafeeira, em especial da paulista, definiu espacialmente o impulso inicial da industrialização e o comando do Estado Restrito.

As classes produtoras do Maranhão, que mantinham suas atividades econômicas organizadas fundamentalmente em torno de atividades agrícolas em crise de produtividade crescente, não conseguiram estabelecer uma posição vantajosa no percurso de transição para o capitalismo.

³¹ Esse critério é considerado tendo por base a economia brasileira antes dos anos 1930, que era sustentada pela exportação de bens primários.

No projeto de desenvolvimento econômico do Estado Novo as intervenções direcionadas para o Maranhão se configuraram em tentativas de modernizar o campo, ou seja, em uma forma de incluir o estado do Maranhão no processo de consolidação do capitalismo, que tinha seu epicentro no Centro-Sul do país.

Dessa forma, a Questão Agrária permeou o planejamento e as ações estatais para o Maranhão. Mas assim como no restante do país, a política de interiorizar o desenvolvimento esbarrou nas velhas estruturas agrárias legitimadoras do poder oligárquico regional. A política de colonização, como abordada no capítulo anterior, foi uma das diretrizes governamentais como resolução da Questão Agrária, de modo que não fosse travado embate com as classes produtoras. O programa de colonização dirigida teria suas motivações embasadas na ocupação dos espaços “vazios” do território brasileiro, tirando o foco do latifúndio, que permaneceria intacto.

3.2 Espaço “Vazio” e Conflitos com Indígenas: As Justificativas para a Implantação da Colônia Agrícola Nacional no município de Barra do Corda

O Maranhão foi um dos estados em que a política de colonização foi implantada, na modalidade de colônia agrícola nacional. De acordo com a previsão oficial, o empreendimento em território maranhense seria uma referência para a constituição de um exemplo prático de agricultura racional, capaz de animar fortemente o progresso agrário do Estado do Maranhão e de fixar o homem ao solo, em condições regulares de vida mais confortável (Diário Oficial de 10 de junho de 1942).

A região de ocupação mais antiga abrangia o litoral e o vale dos rios Itapecuru, Mearim, Munim e Pindaré, e nela se desenvolveu a lavoura de produtos para a exportação como o algodão. Essa agricultura apresentava grande rentabilidade para o estado, resultando num maior controle por parte do Estado Restrito sobre essa produção que era escoada pelo porto localizado na capital São Luís.

Por outro lado, as regiões interiores, bem distantes do litoral, quase inacessíveis pela deficiente infraestrutura viária, que era condicionada pela navegabilidade dos rios maranhenses, encontravam-se isoladas. A configuração da ocupação era predominantemente de fazendas de gado, que necessitavam de pouca mão de obra para o seu funcionamento. Havia poucos núcleos urbanos, e estes, de dimensões pequenas, sem expressividade.

Como a política de colonização seria dirigida para áreas “vazias”, a localidade da colônia agrícola nacional do Maranhão teria sua escolha fundamentada no histórico da

ocupação maranhense que apresentava uma população mais rarefeita e diminuta no interior do estado correspondendo às áreas de economia pastoril. A Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda foi instalada no município homônimo no Alto Mearim, que seria uma área pouco povoada.

Porém, o discurso estadonovista, juntamente com a historiografia sobre a temática³², realizou a classificação desses espaços como desocupados partindo da referência aos grupos sociais reconhecidos pelo Estado brasileiro enquanto economicamente significativos. Lyz Duarte (2002), por exemplo, que examina a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, é bem categórica ao afirmar que “a proposta de colonização se inseriu em uma política mais ampla de desenvolvimento do país, com a integração de regiões *desabitadas*” (grifos nossos) (DUARTE, 2002, p. 3).

Mas no caso da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda, a região era habitada por uma população indígena que frequentemente entrava em confronto com a colonização branca³³.

Segundo Oliveira (2006),

as situações de conflito entre os povos indígenas e agentes vinculados às frentes expansionistas que estabeleceram a formação da sociedade brasileira no centro-maranhense durante o século XIX, se acirraram ao longo do século XX, em função da intensificação da ocupação regional e da pressão territorial sobre os grupos indígenas e, em certos casos, a intensificação na exploração da sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2006, p.3).

A história do município de Barra do Corda mostra uma tensão cotidiana entre os indígenas e os agentes da expansão pastoril, chegando a momentos de violência extrema como o “massacre do Alto Alegre”³⁴ (1901) e o “massacre da Aldeia Chinela”³⁵ (1913). Os conflitos gravitavam em torno da ocupação das terras, visto que

³² Na historiografia sobre as colônias agrícolas nacionais, utilizadas nesta pesquisa, não há referência a conflitos com indígenas quanto à ocupação de terras, e nem sobre essa modalidade de colonização significar a efetivação da posse de terras (BESKOW, 2010; RIBEIRO, 2006; CAMARGO, 1986; SCHWARTZMAN, 1983; DUARTE, 2002).

³³ A partir da obra *Conflitos Intersocietários e Poder Tutelar: Canelas e Criadores nas Representações Documentais, Literárias e Pessoais*, de Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (2006), é possível inferir que a tensão entre indígenas e criadores era algo muito presente na região de instalação da colônia agrícola.

³⁴ “Esse confronto decorreu de uma insustentável situação de exploração econômica, repressão cultural, espoliação territorial e perda de autonomia política imposta aos índios Tenetehara do alto Mearim, pela implantação de uma missão Capuchinha em território que tradicionalmente ocupavam. Em resposta a essas compulsões, os Tenetehara se rebelaram em 1901 executando frades, freiras e moradores “cristãos” da Missão de Alto Alegre” (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

³⁵ De acordo com um etnólogo estudioso das nações indígenas da região, “em 1913 aproximadamente 150 índios Kenkatyê viviam na Aldeia do Chinello, no lado direito do ribeirão dos Caboclos, onde foram varridos pelo fazendeiro Raymundo Arruda. Acompanhado de 50 homens e um barril de cachaça, ele entrou na aldeia com

“a restrição territorial crescente [sofrida pelos índios] levaria à redução das áreas de caça e ao conseqüente abate do gado sertanejo por esses grupos resultando na intensificação das tensões e na eclosão de conflitos entre índios e criadores” (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Se num primeiro momento a escolha do local da colônia agrícola parece se justificar pela possibilidade de estabelecer colonos para realizarem uma agricultura moderna numa área pouca povoada, após o conhecimento da relação de conflito entre índios e criadores, a decisão por tal área para o programa de colonização sugere um caráter anti-indigenista da ação estatal. Insinuando que o objetivo de consolidar a presença de grupos sociais com atividades econômicas capazes de se alojarem ao modo de produção capitalista sobrepujava o estabelecimento dos índios em suas terras de origem.

Dessa forma, as análises elaboradas pelo Estado Restrito, no sentido de empreender um programa de colonização, omitiram a presença de indígenas, apresentando a área como se fosse um deserto demográfico.

A área doada para o empreendimento federal tem como limite sul a antiga linha limítrofe das terras dos índios estabelecida por uma lei estadual de 1923³⁶. No mapa indicativo das terras da Colônia Agrícola de Barra do Corda, foram identificadas sete aldeias: Mundo Novo, Farinha, Tubuquí, Bôa Vista, Cipó, Montevideu e Santa Bárbara, mas que não foram mencionadas como obstáculos nas fontes analisadas por esta pesquisa.

Antônio Ferreira (2008) pontua que houve expropriação e transferência de aldeias indígenas da área da colônia agrícola (FERREIRA, 2008, p. 133). Esse acontecimento mencionado pelo autor sugere que os embates não devem ter sido inexistentes, e muito menos, poucos.

Contudo as pesquisas de Oliveira (2006) sobre a ação de agentes estatais do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)³⁷, na tarefa de demarcar as terras a serem destinadas aos índios

música de acordeom, deu bebida aos homens, colocou-os em ferros, amarrou-os, uns aos outros, arrastou-os para fora da aldeia, e fez sua tropa atirar em uns 50 machos. Várias mulheres foram também massacradas com armas de fogo e facões. Os nativos que por uma razão ou outra escaparam, dispersaram-se” (NIMUENDAJU, 1946, p. 30 apud OLIVEIRA, 2006, p. 5).

³⁶ Lei estadual nº 1.079, de 25 de abril de 1923 foi resultado da iniciativa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em iniciar o processo de demarcação de áreas destinadas aos indígenas na região de Barra do Corda (OLIVEIRA, 2006, p. 17).

³⁷ “Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. Sua principal finalidade era proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País” Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

Canela a partir de 1941, inferem que os conflitos ocorriam com intensidade anos antes da criação do programa de colonização dirigida.

Os criadores de gado viam na demarcação de terras aos indígenas a iminência da perda do torrão que ocupavam. Por isso passavam a ameaçar a integridade física dos agentes do SPI e a enviar telegramas às agências estatais, como ao próprio SPI, e até mesmo ao presidente da República Getúlio Vargas, informando a proximidade de um ataque indígena, ou a prática dos servidores do órgão tutelar em insuflar os índios contra os fazendeiros.

Em um desses telegramas, os fatos eram “informados”, e teriam “caráter (de) inqualificável comunismo”, solicitando ao governo federal providências urgentes contra essa situação. Era um anúncio de uma “reação em defesa própria”, como transparece nas palavras do criador Arruda, que afirmava: “Verdadeiro desespero de causa, num último (caso) seremos obrigados reunir homens e pegar armas para defesa das famílias e vidas. Fatos são públicos e aterrorizantes” (SPI, Doc 126, Filme 398, Fot. 1424-1425 apud OLIVEIRA, 2006, p. 16).

Mas segundo o mesmo autor, o envio dos telegramas era uma forma de preparar a opinião pública e justificar um massacre, como bem examinou o diretor-geral do SPI, em 1941 (OLIVEIRA, 2006, p. 16 e 17).

Assim,

contando com o apoio e a omissão das autoridades locais e estaduais, os criadores de Barra do Corda conseguiram, naquele momento [1941], interromper os trabalhos demarcatórios do SPI na região, através de pressões e ameaças veladas aos servidores do órgão tutelar (OLIVEIRA, 2006, p. 16).

A proximidade temporal com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda (decreto-lei de 1942) é um indício forte de que a instalação do empreendimento federal pudesse significar a consolidação de segmentos sociais não indígenas, em oposição à demarcação de terras para os índios, que foi interrompida ainda em 1941, e retomada somente em 1950 (OLIVEIRA, 2006, p. 20).

Esses fatos sugerem que a articulação dos criadores de gado não era fraca politicamente, visto que eles mesmos se confundiam com as autoridades locais. Possuindo também respaldo dos políticos a nível estadual e os interesses coincidentes com os objetivos do projeto federal de desenvolvimento nacional.

Como o contexto do país era o de consolidação do capitalismo, com a superação das formas pretéritas da organização econômica, a cultura indígena significava o primitivo, o contrário da modernização e da eficiência almejadas pelo Estado Novo. Além de significar

uma estagnação do progresso no interior brasileiro, que não era interessante para o governo federal.

Todavia, a justificativa jornalística para a escolha do local da colônia agrícola não apresentava essa circunstância. Segundo o noticiário do Diário Oficial de 1942, a região para instalação da colônia agrícola foi sobrevoada pelos técnicos responsáveis, que posteriormente, realizaram uma visita *in loco*.

A fim de realizar os estudos definitivos para a localização desse núcleo [Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda], segue hoje [14 de fevereiro de 1942], de avião, para o Maranhão, o agrônomo Antônio Emiliano Fayal Junior, Técnico da D.T.C. [Divisão de Terras e Colonização], que terá ali, a colaboração esclarecida do agrônomo Jaime de Brito, chefe da Seção de Fomento Agrícola Federal, executora do acordo com o Estado (DIÁRIO OFICIAL, 27 de março de 1942).

As condições agrológicas seriam reconhecidas pelos especialistas, embasados cientificamente, para a escolha das terras mais propícias para a produção agrícola, enquadradas no lema de uma agricultura moderna.

A burocracia técnica era ocupada por engenheiros agrônomos, que presumidamente seriam os únicos capazes de reconhecer um terreno com potencial agrícola e de aplicar ao campo o que havia de mais moderno nas técnicas, justificando assim, a responsabilidade atribuída a eles. Porém o domínio do saber científico não impedia que o técnico estivesse livre de interesses classistas, como sugere o caso da colônia agrícola maranhense em meio aos interesses anti-indígenas.

Os interessados na implementação de um empreendimento do porte de uma colônia agrícola nacional, além de almejar a aniquilação do domínio indígena, identificariam no projeto federal de colonização uma oportunidade de desenvolver a região. A economia pastoril seria incrementada por uma produção agrícola racionalizada, aumentando e diversificando o mercado local, resolvendo ou prevenindo problemas de abastecimento de alimentos. Ao final, resultaria no progresso do alto Mearim e, por conseguinte, do Maranhão.

Fato que não ocorreu, uma vez que a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda não teve o êxito esperado de se tornar uma “ilha de desenvolvimento” propagadora do progresso como assim estava idealizado no projeto federal (FERREIRA, 2008, p. 133).

3.3 A Estrutura Proposta para a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda

A estruturação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda seguiria os mesmos parâmetros elaborados para as demais colônias agrícolas. O governo estadual do Maranhão doou uma área de 340.000 hectares³⁸, com o objetivo de colonizar e/ou regularizar as terras por meio da distribuição de lotes.

A configuração agrária, nos limites do empreendimento de colonização, seria organizada a partir da pequena propriedade, ou seja, a proposta progressista de basear a economia rural brasileira nessa dimensão agrária não estaria de todo desprezada, pois seria empregada nos programas de colonização dirigida.

A área doada pelo governo estadual seria dividida em lotes de no máximo 50 hectares (FERREIRA, 2008, p. 133). Os lotes, casas e quaisquer benfeitorias existentes seriam concedidos gratuitamente. Somente cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que não fossem proprietários e reconhecidamente pobres, desde que revelassem aptidão para os trabalhos agrícolas e se comprometessem a residir e produzir no lote a receber, entrariam no programa federal. Havia ainda a possibilidade excepcional de lavradores estrangeiros qualificados participarem da colônia agrícola (Diário Oficial, 10 de junho de 1942).

Segundo o plano geral de colonização divulgado no Diário Oficial, havia preferências em relação aos candidatos. Os que fossem da região, “e dentre estes os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que viviam sob sua dependência” teriam mais chances de inclusão na Colônia Agrícola Nacional (Diário Oficial, 10 de junho de 1942).

Essa preferência torna claro que uma prole numerosa traduzia-se em mais mão de obra para a lavoura, visto que a responsabilidade de todo um lote era somente de um colono e sua família. Assim, possuir muitos filhos aumentava a probabilidade do sucesso da produção agrícola.

Segundo Silva (1998), a colonização seria ainda para a instalação de flagelados e retirantes das secas. À época, o Maranhão se constituía em um dos destinos dos nordestinos nos períodos de estiagem no sertão semiárido, recebendo grande contingente de pessoas que viam em terras maranhenses as condições favoráveis para permanência, como índice pluviométrico satisfatório e terras devolutas. A maioria dos retirantes eram lavradores, ou seja, sofriam diretamente com a escassez de água no semiárido. Direcioná-los para a colônia

³⁸ Desde a Primeira República as terras devolutas estavam sob o domínio de cada estado da União (BESKOW, 2010, p. 57).

agrícola maranhense seria uma forma de evitar a aglomeração dessas pessoas nas cidades do estado, em condições precárias, e por outro lado, a aptidão para a agricultura, critério de entrada no programa federal, já estaria confirmada (TROVÃO, 2008, p. 25-27).

Além do lote em que já haveria uma casa construída, a Colônia Agrícola Nacional possuiria

oficinas para trabalhos diversos, onde os colonos e seus filhos [fariam] aprendizagem necessária ao cultivo racional da terra, [...] postos de monta com reprodutores selecionados, instalação para beneficiamento de produtos e escolas primárias para alfabetização de todas as crianças (DIÁRIO OFICIAL, 10 de junho de 1942).

A organização racionalizada da colônia agrícola retoma o modelo fordista mencionado páginas atrás, que propõe a adequação do meio ambiente dos colonos a um modo mais otimizador, como forma de tornar mais produtiva, toda e qualquer atividade desempenhada por eles, mas em especial as relacionadas com a lavoura. Partindo da concepção que estaria sendo construído um novo trabalhador rural.

O projeto fordista periférico do campo, inserido nas Colônias Agrícolas Nacionais, baseava-se na passividade do colono para seguir as ordens ditadas pelos gestores na administração da colônia.

As relações comerciais realizadas com pessoas ou entidades estranhas à colônia agrícola seriam a partir de uma cooperativa, que iria comercializar os produtos da colônia em benefício de todos os colonos. Ou seja, os produtores não teriam liberdade de comercializar sua produção. Isso só aconteceria com a obtenção da posse do lote, que como explicado no segundo capítulo, só ocorreria finalizado o prazo estipulado pela administração da colônia, que praticamente coincidiria com o período de tempo de tornar a lavoura produtiva. (SCHWARTZMAN, 1983, p. 351).

A área destinada à colônia agrícola foi resultado de duas doações do governo estadual. Foi demarcada numa região entre os rios Grajaú e Mearim, sendo um dos limites da colônia, a margem esquerda do Mearim. A primeira doação do governo estadual, pelo decreto-lei nº 618, de 25 de junho de 1942, abrangeu uma imensa área no vale desse mesmo rio. A segunda doação, pelo decreto-lei nº 752, de 15 de julho de 1943, incorporou a outra margem do rio e mais dois riachos afluentes.



Figura 2: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. D.N.P.V. - D.T.C. COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE BARRA DO CORDA

Possuir rios nas terras da Colônia Agrícola Nacional era importante para o abastecimento de água. O contingente estipulado em 20 mil pessoas (DIÁRIO OFICIAL, 10 de junho de 1942) indica que haveria uma demanda muito grande por esse recurso, que também seria de responsabilidade da administração do programa de colonização.

Mas os cursos d'água também seriam importantes para a geração de energia elétrica. Os rios no planalto, como o alto Mearim, favoreciam esse objetivo a partir da existência de quedas d'água, condição para a construção de pequenas hidroelétricas.

Pelas características aqui expostas, a estrutura proposta para a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão não se diferenciou das demais colônias, seguindo as atribuições determinadas no decreto de criação dessa modalidade de colonização.

3.4 Implantação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda

A implantação do projeto de colonização dirigido e oficial seria conduzida e organizada a partir de trâmites administrativos, visto que a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda se constituía em um órgão estatal subordinado ao Ministério da Agricultura.

Seria estruturado racional e hierarquicamente, tendo no alto comando o administrador que deveria gerir o empreendimento acompanhado de uma equipe numerosa, já que as propostas de atividades necessitavam de pessoal especializado. O plano de trabalho para a colônia que a regeria não tinha caráter autonomista, devendo os colonos obedecer de pronto, sem direitos a refutações.

Esse quadro de pessoal responsável pela implementação do programa de colonização deveria contar com um número maior de pessoas, visto que a colônia estava elaborada com outras atividades (oficina, escola, posto de monta e cooperativa) que exigiriam, segundo a proposta do governo federal, o saber técnico, como mecanismo que promover ao máximo um rendimento positivo.

A implementação de colônias agrícolas nacionais, planejadas dentro do projeto de desenvolvimento nacional, serviriam de exemplo de excelência na produção agrícola local, que em último estágio, propagaria os novos hábitos eficientes para às áreas ao redor.

Todavia, o programa federal não poderia ser realizado independente do governo estadual, uma vez que as terras devolutas eram de domínio do estado. Como o local para a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda estava ocupado por particulares, estes deveriam ser indenizados por suas terras e por um valor justo de acordo com as benfeitorias construídas na propriedade, como casas, trabalhos agrícolas e árvores frutíferas, por exemplo.

Essa intervenção partiu das deliberações do governo estadual, já que as terras devolutas eram da sua alçada, e segundo o decreto nº 24.606, de 6 de julho de 1934, que foi reformulado em 1941, o processo de desapropriação de terras era competência exclusiva do Poder Executivo (DEZEMONE, 2007, p. 179), no caso, do que era responsável por essas terras.

A ocorrência de grande número de lotes pertencentes a particulares levou ao lançamento de um edital de convocação para os proprietários da área apresentarem os títulos de domínio para a realização da devida indenização.

A Secretaria Geral de Estado avisa a quem isso interessar que, [...], fica marcado o prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da primeira publicação deste edital no Diário Oficial de Estado, após esta correção, para que, os que se julgarem com direito a partes daquelas terras [da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda], apresentem à referida repartição seus títulos de propriedade, a fim de serem examinadas pelo governo, de modo a permitir as providências que as fizerem mister (EDITAL Nº 7, São Luís, 21 de dezembro de 1943).

A medida de lançar um edital foi uma forma mais rápida e menos dispendiosa para o Estado Restrito de catalogar as propriedades dos particulares, fazendo que eles viessem à repartição, no caso, à Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda.

Disso podemos inferir que o prédio da repartição já se localizava na área concedida para ser a colônia, visto que não há referência documental de outro endereço que os interessados devessem se dirigir.

Dessa forma, a colônia receberia a documentação dos proprietários que estavam enquadrados nas atribuições do edital emitido pela Secretaria Geral de Estado do Maranhão, e a enviaria para a capital São Luís, para a mencionada Secretaria, para averiguação e resolução do processo.

O resultado do edital foi um catálogo dos títulos de propriedade que chegaram à Colônia Agrícola Nacional, e que, em seguida, foram enviados os documentos para a Secretaria Geral de Estado. Na listagem elaborada por esse órgão estão 114 propriedades regulares e 9 a regular a situação, estas estavam dependentes de inscrição no Registro de Imóveis ou da realização de inventário, visto que em alguns figuravam como adquirentes pessoas já falecidas (Secretaria Geral. PROC. n. 2.841/1944. Fls. 34).

Segundo o exame da agrônoma em exercício da Seção Técnica da Secretaria Geral de Estado, Rosa Mochel Martins, alguns proprietários apresentaram certidão da posse, em lugar de escritura de posse. Os títulos de propriedades recebidos eram quase todos nas áreas doadas à Colônia Agrícola Nacional.

De acordo com a documentação, uma comissão foi exigida para a averiguação da localização precisa das terras correspondentes aos documentos. Convinha ao prefeito de Barra do Corda também participar dessa comissão, além da engenheira-agrônoma Rosa Mochel, conhecedora do processo da Colônia Agrícola Nacional, para a realização de um parecer mais rigoroso sobre o valor das indenizações.

Dos 123 títulos recebidos, 20 eram de locais fora dos limites da colônia, resultando em 103 títulos de propriedade, que seriam examinadas *in loco* para a observância de quaisquer benfeitorias para efeito de avaliação. Como providência, foi sugerida uma perícia no próprio

município, que seria feita por um técnico do Estado em companhia de um outro da Colônia Agrícola Nacional, apresentando ambos um memorial detalhado e circunstanciado, com o mais possível croquis elucidativos (Secretaria Geral do Estado. São Luís, 8/8/1944. Proc. n. 2.841/1944. Fls. 29).

A documentação aponta que de acordo com o secretário geral do Estado, José de Albuquerque Alencar, a verificação *in loco* colheria o máximo de detalhes para estipular o valor da indenização. A Prefeitura local deveria ser convidada a mencionar o valor locativo das propriedades para então ser expedido o decreto de desapropriação por utilidade pública.

O processo de desapropriação das terras foi despachado, em abril de 1945. Mais de um ano depois, telegramas foram enviados para o interventor federal Saturnino Belo, pedindo pressa para a abertura de crédito destinado à indenização das terras desapropriadas.

O período já se configurava numa democracia, presidida por Eurico Gaspar Dutra, vencedor das eleições de 2 de dezembro de 1945. Apesar da deposição de Vargas, isso não significou uma revolução socioeconômica.

As estruturas sociais e econômicas permaneceram intactas. E, na verdade, não poderia ser de outra forma. As *oposições* vencedoras a 29 de outubro [1945] representavam elites econômicas e oligarquias regionais afastadas do poder em 30, ou que o tinham sido durante o Estado Novo, e não tinham interesse algum em realizar qualquer transformação de peso, que viesse a permitir a real participação das massas populares no processo de decisões políticas (grifos do autor) (ALMEIDA JÚNIOR, 1986, p. 239)

Portanto, a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda continuou em andamento, e com o mesmo administrador, Eliezer Moreira, responsável pelo andamento da implantação do empreendimento federal.

Foram encontrados dois telegramas enviados por este administrador que faziam referência ao mesmo assunto, o pedido de informações sobre o crédito a ser destinado à indenização das terras desapropriadas. Todos de agosto de 1946. Em um deles há uma referência à cobrança por parte do Ministério da Agricultura:

13-8-1946 solicito prezado amigo gentileza providenciar afim seja aberto urgência possível crédito destinado indenização terras desapropriadas pelo estado doadas esta colônia [...] peço gentileza transmitir qualquer informação sobre assunto vg [vigente] afim poder comunicar me com Ministério Agricultura que me pede reiteradamente soluções caso (PROC. n. 6813/1947. Fls. 2)

A resposta da Secretaria Geral aos telegramas era o desconhecimento sobre o assunto, e o reenvio ao Gabinete do Interventor. À época, dirigido por Elisabetho [sic] Barbosa Carvalho que ocupava o cargo de interventor federal interino.

A resolução para o problema da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda foi iniciada, sob ordem do interventor federal interino, a partir do encaminhamento ao Conselho Administrativo do projeto de decreto-lei abrindo o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), necessário à indenização dos desapropriados no processo de implantação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda³⁹.

O parecer nº 203, do Conselho Administrativo, esclarece que o processo de desapropriação das terras, que agora passava a fase de indenização, estava obscuro. Segundo o relator, Humberto Fonseca, após o despacho, de 20 de abril de 1945, para a formação de uma comissão responsável pela verificação das propriedades, nada mais foi acrescentado ao processo. Essa comissão aplicaria a averiguação *in loco*, promovendo assim uma avaliação delas, bem como a confirmação da legalidade dos títulos, ou seja, deveria compor no mínimo um relatório informando as condições encontradas na área da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda.

No processo não constava

que tenha sido verificada a legalidade dos títulos apresentados, nem procedida a avaliação das terras de domínio particular e assim sendo, [...], a abertura de crédito em apreço, sem estabelecer como serão feitas as indenizações, não consulta os interesses do Estado (Parecer nº 203. Conselho Administrativo. 25 de setembro de 1946) .

Passado mais de um ano, o relator apontou que o tema voltou aos trâmites do governo estadual por insistência do administrador Eliezer Moreira. E só foi retomado pelo governo de então pelo compromisso firmado com o governo federal, através do Ministério da Agricultura.

A resolução dada pelo Conselho Administrativo foi a aprovação do decreto-lei, mas com outra redação, que explicitou o rigor dos cumprimentos legais para o devido pagamento de indenizações.

A documentação referente ao processo da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda cessa, deixando em aberto questões sobre a finalização do trâmite de desapropriação

³⁹ Ofício de 11 de setembro de 1946. As mesmas denominações aos cargos da administração pública, e os mesmos trâmites (decretos-lei), já no período democrático, sugere que eles permaneceriam até que fosse estabelecida uma nova constituição, como ocorreu em 18 de setembro de 1946.

das terras de particulares na área do programa federal e, por seguinte, sobre a implantação efetiva desse empreendimento.

De acordo com Ferreira (2008), “a citada colônia não vingou uma vez que a distribuição de lotes e, principalmente, dos títulos definitivos foi lenta, mas em sua área e em torno, núcleos permaneceram e se beneficiaram da expropriação e transferência de aldeias” (FERREIRA, 2008, p. 133).

Por esse trecho, pode-se inferir que a colônia chegou a funcionar, mas torna patente a demora nos procedimentos burocráticos. No primeiro caso, na distribuição de lotes entre os trabalhadores selecionados, e posteriormente, na entrega dos títulos definitivos. Partindo das determinações organizacionais das colônias agrícolas, houve um tempo de trabalho nos lotes, visto que o colono só poderia obter a posse do seu lote após um prazo fixado ou pela produtividade da sua lavoura, que segundo conclusão já mencionada nesta pesquisa, corresponderia praticamente ao mesmo período de tempo.

Além de Ferreira (2008), Beskow (2010), Camargo (1986) e Ribeiro (2006) também apontaram, mas numa conclusão panorâmica, o insucesso das colônias agrícolas nacionais. Os resultados foram apresentados sempre como limitados, pouco concretos. Justificados pelos poucos recursos da Divisão de Terras e Colonização, ou pela ausência de infraestrutura.

O exame da documentação permitiu a verificação que o tempo da burocracia estatal, em resolver os problemas concernentes à implantação do programa de colonização em questão, era demasiado longo. Esses problemas, aqui analisados, concentraram-se na desapropriação das terras doadas pelo governo estadual, que supostamente estariam desabitadas.

A indenização dos particulares ocupantes das terras referentes à Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda era responsabilidade do governo estadual, uma vez que as áreas estavam, *a priori*, de posse do Estado do Maranhão. A resolução deveria partir da Administração estadual, que pela documentação analisada esteve de prontidão para solucionar as questões.

Assim, a partir da divulgação do decreto-lei nº 10.325, de 27 de agosto de 1942, que criou a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda, até final do Estado Novo, em outubro de 1945, a citada colônia ainda não havia sido iniciada, resultado da demorada burocracia em deixar as terras doadas livres para o início dos trabalhos.

Como se buscou demonstrar, a implantação da mencionada colônia não se constituiu num objetivo urgente do governo federal. Como esse programa não significava um resultado

decisivo nos números da produtividade agrícola maranhense, não lhe foi dada a prioridade que iria agilizar os trâmites burocráticos vagarosos.

Por último, este empreendimento federal revela-se, no âmbito regional, como uma forma de amenizar os conflitos entre criadores e indígenas da região, mas sem deixar de atender aos interesses dos proprietários. Já nacionalmente, configurou-se como uma medida de interiorização do desenvolvimento, que não era o objetivo primeiro da política estadonovista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período do Estado Novo está inserido temporalmente na fase de transição para o capitalismo, com a ascensão de um contexto econômico de industrialização e de mudança no padrão de acumulação da riqueza nacional. Durante esses anos realizou-se uma reestruturação do Estado Restrito brasileiro, a partir da sua ampliação e atuação em novas bases e em novos âmbitos. Ao Estado Restrito foi dado o comando da transformação econômica no Brasil, sendo de sua responsabilidade a organização da economia baseada no mercado interno.

Foi visto que a crise política que antecedeu o golpe de 1937 foi caracterizada pela incapacidade das classes, — entre as capazes de elaborar projetos de futuro, — burguesia cafeeira, burguesia industrial e proletariado —, de tornarem-se hegemônicas, ou seja, de nacionalizarem seus interesses. Dessa forma, o acirramento da disputa levou ao estabelecimento de um regime autoritário, que poderia realizar as mudanças necessárias de forma que não fossem desviadas para um comando radical e massificador.

Apresentamos as alterações na ossatura material do Estado Restrito como parte da sua estruturação centralizada, unificada e centralizadora das diretrizes estatais, em que as políticas implantadas eram sempre inseridas a partir de uma perspectiva nacional. Os órgãos criados no Executivo Federal apresentavam o caráter forte e centralizador assumido pelo Estado Restrito.

A atuação estatal abrangeu todo território nacional no empenho de empreender o desenvolvimento do país. Por isso as regiões antes esquecidas, que se encontravam isoladas, foram articuladas e integradas para colaborar com o projeto de modernização em vigor.

O objetivo de integrar essas regiões levou o Estado Restrito a se deparar com a realidade de atraso no qual estava imerso o campo brasileiro. De principal gerador de riquezas, o campo tomou a forma de um problema, surgindo a Questão Agrária. Podendo ser traduzida para a pergunta como inserir o campo dentro do processo de desenvolvimento capitalista (leia-se industrialização) diante das estruturas atrasadas sob as quais se apoiava a economia rural.

Vimos que para resolvê-la, o governo esbarrou no poder das classes produtoras, que ainda possuíam poder político e econômico suficiente para barganharem o financiamento do setor industrial, que só seria viável com as divisas geradas pelo setor agroexportador, pela manutenção da estrutura agrária configurada no latifúndio.

As análises de diversos autores expõem a política de colonização voltada para os espaços “vazios” como substituto da reforma agrária. Sendo uma estratégia política para

evitar conflitos com as classes proprietárias, mas que no nosso entendimento significa a presença desses atores políticos nos quadros institucionais do Estado Restrito.

No Maranhão, o programa de colonização dirigida também foi implantado longe das áreas que poderiam causar embates com grandes produtores. A área escolhida era caracterizada por choques entre indígenas e criadores de gado desde os anos iniciais do século XX. Inserir um programa federal de colonização de dimensões tão grandes como era a proposta da Colônia Agrícola Nacional infere que os interesses alojados na escolha do local estavam comprometidos e/ou se confundiam com os dos fazendeiros criadores de gado da região.

Negando a proposição de imparcialidade estatal implantada pós-1930, que alijou do poder os interesses oligárquicos, esta pesquisa defende que esses interesses não estiveram ausentes da arquitetura político-institucional do Estado Restrito. A participação nas burocracias permitiu às classes dominantes manterem suas necessidades como justificativas primeiras das intervenções estatais.

A documentação analisada nesta pesquisa juntamente com a literatura especializada deixam espaço para a conclusão que a implantação desse programa de colonização oficial teve o papel de retirar tribos indígenas da área, visto que resultou na transferência de aldeias. Contribuindo para o distanciamento dos indígenas da zona urbana de Barra do Corda.

Porém o caso da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda ainda se aplica outra análise realizada sob uma perspectiva nacional. Para isso, o fracasso deste programa, explicado pelas demoras burocráticas, sugerem o teor de prioridade dado a esse empreendimento. Ao nível nacional o Maranhão não representava um estado decisivo para os interesses ocasionais do governo federal. Sendo um estado eminentemente agrícola, as intervenções estatais corresponderam a políticas públicas voltadas para o campo.

É interessante destacar que durante o Estado Novo foi sendo estabelecido o processo de consolidação hegemônica da burguesia industrial, e por esse fato se fez sentir a debilidade das ações estatais em regiões do país que não o Centro-Sul. O insucesso de uma política agrária implementada em um estado desinteressante para o quadro de industrialização pelo qual vinha atravessando o país só revela que o poder político estava cada vez mais dedicado ao atendimento dos anseios do setor industrial, localizado espacialmente nas lucrativas regiões cafeeiras do atual Sudeste brasileiro.

Pretendemos que este trabalho contribua para as pesquisas do campo maranhense na atualidade de consolidação do capitalismo no Brasil, e que por isso não podem ser realizadas à parte da dimensão nacional, visto que a formação do Estado burguês brasileiro centralizou

as decisões políticas no Executivo Federal, e dele partem as principais intervenções voltadas para o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

Jornais

Diário Oficial do Estado (1942).

Documentos Oficiais

Interventoria Federal do Maranhão. **Subsídios para discussão na Conferência dos Interventores da 1ª Região e no Congresso dos Interventores**. 1940.

Processo da Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda.

Obras

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. **Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas**. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil Republicano**, Tomo III, vol. 3: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. p. 225-247.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Estado, políticas agrícolas e representação de classes na era Vargas: o Ministério da Agricultura**. Locus (Juiz de Fora), Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 45-60, 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/21.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

AMBROSOLI, Mauro. **Questão Agrária**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UNB, 1993. p. 1041-1049.

BESKOW, Gabriela Carames. **“A pátria é terra”**: As representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. Tese (Doutorado) Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. 168f.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O ciclo ideológico e as origens do desenvolvimentismo: 1930-45**. In: _____. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 247-259.

CAMARGO, Aspásia. **A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil Republicano**, Tomo III, vol. 3: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. p. 121-142.

CAPELATO, Maria Helena. **Estado Novo: o que trouxe de novo**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEZEMONE, Marcus. **Impactos da Era Vargas no Mundo rural: Leis, Direitos e Memória**. Nº 1, ano 1, 2007. Disponível em: <[http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/MarcosDezemone\(Perseu1\)_0.pdf](http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/MarcosDezemone(Perseu1)_0.pdf)> Acesso em: 25 de outubro de 2012.

DINIZ, Eli. **Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 21-37.

_____. **O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe**. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano**, Tomo III, vol. 3: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. pp. 77-120.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 11-137.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **Fronteiras: a Marcha para Oeste e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)**. 2002. Trabalho apresentado a 54ª Reunião Anual da SBPC, Goiânia, 2002. Disponível em: <<http://www.ipen.br/biblioteca/cd/sbpc/2002/pdf/UFG%20Lyz%20Duarte.pdf>> Acesso em: 31 de julho de 2012. p.1-16

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense**. São Paulo: USP, 2008. 269 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 252-328.

HOBBSAWM, Eric. **Rumo ao abismo econômico**. In: _____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-106.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Homem Cordial**. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.139-152

IANNI, Octavio. **Política Econômica Nacionalista**. In: _____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 27-82.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Sinopse_Preliminar_MA.pdf> Acesso em: 8 de fevereiro de 2013.

MEIRELES, Mário M. “Depois da Revolução de 30: o Regime de Intervenção Federal (1930-1934)”. “A reconstitucionalização de 1934-1937: Aquiles Lisboa e Paulo Ramos”. “O Estado Novo e o novo período interventorial (1937-1945)”. _____. In: **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 22-34.

_____. **Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos**. Niterói-RJ: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007. p. 55-73

_____. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 10-35.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. **Conflitos Intersocietários e Poder Tutelar: Canelas e Criadores nas Representações Documentais, Literárias e Pessoais**. 2006. Trabalho apresentado a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Adalberto.pdf>> Acesso em: 25 de outubro de 2012. p. 1-22

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. p.1-50 Disponível em: http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf Acesso em: 9 de fevereiro de 2013.

PAULA, C. J. de e LATTMANN-WELTMAN, F. (coord). **Dicionário Histórico Biográfico pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>

RIBEIRO. Vanderlei Vazelesk. **A Roça y la Campaña: A questão agrária sob o Vargasismo e o Peronismo em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado (História / UFF), 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 349-353.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Vargas e a Questão Agrária: A construção do fordismo possível**. *Diálogos*, Maringá, v. 2, n. 2, p. 113-127, 1998. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29858-29874-1-PB.pdf> Acesso em: 07 de setembro de 2012.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.